



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RELATÓRIO DO ENCAMINHAMENTO E APROVEITAMENTO DAS PROPOSTAS
REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA
P9

SÃO PAULO
Fevereiro/2022 [atualizado em Julho/2022]



Apresentação

Concluída a etapa do processo participativo – que envolveu oficinas regionais, reuniões de grupos de trabalho temáticos e audiências públicas –, a equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) voltou-se para a análise e seleção das propostas encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil para a construção dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das cinco Unidades Regionais em estudo. As contribuições foram enviadas por meio das respectivas plataformas digitais.

O **Produto 9 – Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas** é o resultado deste trabalho, que ganhou o formato de planilhas, em que se pode visualizar em detalhe cada proposta apresentada e entender o tratamento que a mesma recebeu. Nessas planilhas estão registradas todas as contribuições enviadas ao longo do processo de participação até o momento em que foram realizadas as audiências públicas.

Na planilha inicial são apresentados os critérios de enquadramento para aceitação, ou não, das propostas em relação ao objeto do PDUI. A partir daí, é possível verificar o caminho percorrido pela proposta – da sua recepção na plataforma até seu aproveitamento, ou não, mediante justificativas técnicas.

As planilhas seguintes registram o aproveitamento das propostas aceitas e a justificativa para a não aceitação. Elas estão identificadas e organizadas segundo os quatro temas centrais objeto das temáticas que são próprias do PDUI, e que agregam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Para melhor compreensão da análise e avaliação de enquadramento das propostas apresentadas, foi estabelecido um conjunto de critérios objetivos, que estão detalhados na metodologia do processo de trabalho para avaliação de incorporação das propostas recebidas.

No item subsequente é apresentado um quadro com as estatísticas por Unidade Regional, refletindo o total de propostas e o quantitativo das aceitas e não aceitas. O relatório termina com as planilhas de aproveitamento das propostas por região.

I. Metodologia do processo de trabalho para avaliação de incorporação das propostas recebidas

Este item detalha a metodologia desenvolvida pela equipe do projeto para análise e posterior classificação das propostas recebidas via plataformas digitais dos PDUIs, advindas quer do poder público quer da sociedade civil.

As plataformas digitais estiveram abertas para recebimento de propostas (em formulários próprios) de 15 de dezembro de 2021 até sete dias úteis após a realização das audiências públicas, tendo como prazo final para contribuições o dia 15 de fevereiro de 2022.

O percurso feito para análise das propostas procurou, em primeiro lugar, estabelecer um conjunto de critérios claros e objetivos baseados tanto na Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) como nas leis que criaram as respectivas Unidades Regionais – regiões metropolitanas e aglomerações urbanas – objeto desse projeto.

Para a classificação das propostas, foi desenvolvida uma planilha com três abas: Critérios_Entrada, Caderno e Justificativa.

A primeira aba, denominada **Critérios_Entrada**, traz, como o próprio nome indica, os critérios de entrada e fundamentos críticos que permitem a classificação subsequente de aceitação/incorporação ou não aceitação da proposta. Nessa planilha, foram inseridas todas as propostas recebidas, organizadas pelas quatro temáticas que abrigam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento Territorial e Uso do solo; Meio ambiente, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos; Mobilidade e Transporte; e Desenvolvimento Econômico e Atendimento So-

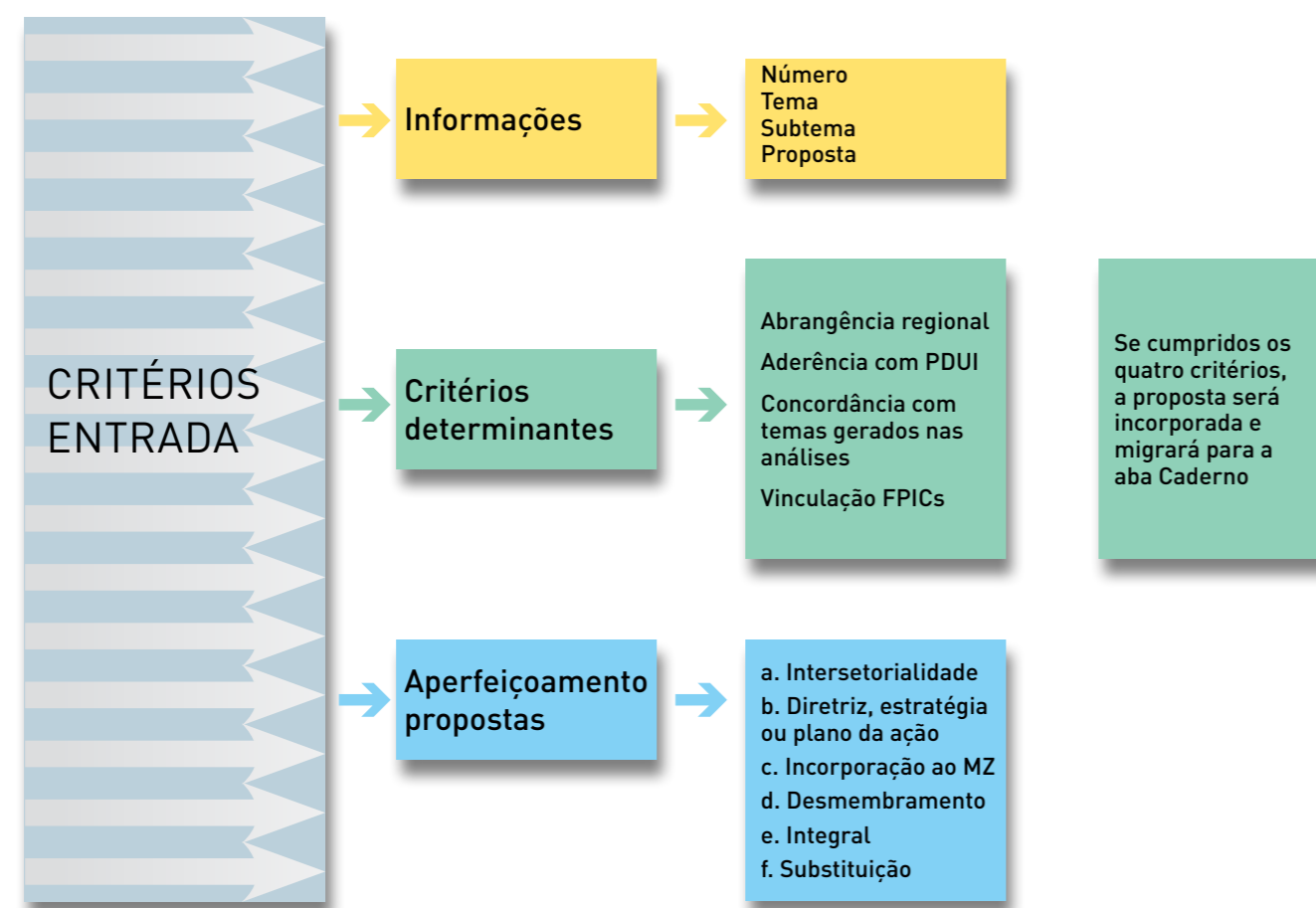
cial. O resultado dessa primeira análise busca, também, trazer um primeiro enquadramento das propostas recebidas.

A segunda aba – **Caderno** – destina-se a receber as propostas classificadas como aceitas ou aceitas parcialmente na aba anterior, promovendo, também, seu enquadramento em orientações mais específicas, de forma a aprimorá-las e refiná-las. Posteriormente, elas vão integrar o Caderno de Propostas (ainda com status preliminar), a fim de serem apresentadas às Câmaras Temáticas do PDUI, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de cada uma das URs.

A terceira aba da planilha de trabalho – **Justificativa** – traz as propostas recusadas, ou mesmo aquelas que podem ter encaminhamento institucional como alternativa de análise de demandas de políticas setoriais, formuladas pelas administrações municipais e que fogem ao escopo do PDUI. São exemplos algumas propostas nas áreas da saúde, segurança pública e educação. Esta planilha propõe-se a justificar o não acolhimento de determinada proposta.

É essencial que fique claro, desde o início, o âmbito e a abrangência do PDUI. O Plano é exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), que aponta a necessidade de fixar diretrizes ge-

FIGURA 1. Metodologia para análise e incorporação das propostas



rais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelo Estado. Mais: o PDUI deve ser elaborado democraticamente, no âmbito da estrutura de governança interfederativa, e aprovado por lei estadual, após apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado, quando passará a ser referência para ações voltadas para a realidade regional.

Trata-se de uma abordagem nova dos planejamentos metropolitano e regional, em que Estado, municípios e os cidadãos compartilham decisões para o que for considerado problema comum a vários municípios.

Vale destacar, ainda, que o PDUI é um plano de ordenamento territorial, que trará diretrizes para a intervenção regional. Nesse sentido, cabe reiterar que a demanda e o atendimento de políticas setoriais específicas são realizados pelas secre-

tarias estaduais, responsáveis pelo desenho da política pública.

O projeto em curso já elaborou diversos documentos, que ampararam os debates ocorridos nas audiências públicas, e que formaram a base de consulta para que cidadãos e o poder público viessem a apresentar suas propostas. Foram produzidos: 1) Ordenamento Territorial; 2) Panorama Regional; e 3) Diagnóstico. Estas abordagens permitiram compor um retrato atualizado de cada região. Também foram produzidos cadernos de insumos para estimular o debate, contendo as principais propostas resultantes dos levantamentos e análises realizadas pela equipe técnica da Fipe, no sentido de fomentar a discussão nas audiências públicas.

Nessa fase do projeto, a equipe técnica da Fipe trabalhou junto com técnicos das prefeituras, com representações da sociedade civil e de se-

cretarias estaduais, durante oficinas regionais e reuniões de grupos de trabalho temático, chegando a uma versão preliminar de macrozoneamento regional e suas diretrizes.

Também foram definidas ações estratégicas e algumas propostas para áreas de interesse metropolitano, além de analisadas as Funções Públicas de Interesse Comum. Esta análise está disponível no documento elaborado, conforme já dito, para apoiar o debate democrático, denominado Caderno de Insumos para Estimular o Debate. Todos esses conteúdos estão disponíveis nas respectivas plataformas digitais de cada UR.

Feito isso, o passo seguinte foi a definição de 10 critérios a serem observados no processo de análise de cada proposta recebida (aba 1), sendo que **quatro desses critérios devem ser necessariamente satisfeitos para que ocorra a aceitação da proposta**. São eles: 1) Ter abrangência regional; 2) Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole; 3) Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais; 4) Estar vinculada a alguma FPIC citada na lei de criação da UR.

CRITÉRIO 1. Ter abrangência regional

O crescimento demográfico e a expansão das cidades são processos que levam à crescente conurbação entre os municípios e à formação de redes de centralidades. Estes fatores, por sua vez, contribuem para que os municípios passem a ter uma progressiva dependência entre si. Assim, as pessoas residem em uma cidade, estudam em outra, fazem suas compras em uma terceira e transitam na própria UR para outras necessidades diárias. Ou seja: observa-se a intensificação da integração urbana e funcional entre os municípios – muitas vezes com o surgimento de novos polos.

Nesse contexto, os municípios também passam a sentir necessidade de articulação político-institucional para incrementar a provisão de serviços

básicos e investir em novas e melhores infraestruturas – o que exige planejamento e gestão considerando uma governança interfederativa.

Contudo, a ação municipal mostra-se fragmentada e limitada para enfrentar o planejamento, a gestão e o financiamento de projetos conjuntos necessários nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Nesse sentido, o PDUI vem para propor a prevalência do interesse metropolitano sobre os interesses locais. Assim, as propostas não poderão indicar diretrizes ou ações que venham a beneficiar apenas um município, em detrimento dos demais que integram a UR.

CRITÉRIO 2. Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole

As propostas devem guardar relação e atender aos temas de ordenamento territorial, das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) e da governança metropolitana interfederativa.

Conforme prevê a Lei nº 13.089/2015, espera-se como resultado do processo de construção do PDUI:

- ❑ Diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum, incluindo a proposição de projetos e ações prioritários para investimento.
- ❑ Macrozoneamento com indicação de áreas qualificadas, de acordo com seu desempenho frente às funções públicas de interesse comum dos municípios pertencentes à unidade regional, como, por exemplo: áreas com restrições à urbanização, visando à proteção ambiental e cultural, e/ou sujeitas a controle especial, pelos riscos advindos de desastres naturais; áreas de adensamento urbano; áreas destinadas à implantação de Habitação de Interesse Social (HIS); áreas sujeitas à regularização fundiária, entre outras.

- ❑ Diretrizes para a ação do Estado e dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, com vistas à implantação da proposta de macrozoneamento do PDUI.
- ❑ Diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.
- ❑ Diretrizes para a articulação intersetorial das políticas públicas afetas à região.
- ❑ Definição do sistema de monitoramento e avaliação da implantação dos projetos e ações do PDUI.
- ❑ Proposta de processo que promova diálogos e estimule a formação de consensos políticos sobre objetivos, diretrizes e propostas do PDUI.
- ❑ Governança interfederativa, por meio do compartilhamento de decisões e recursos financeiros para fazer frente às ações propostas.

No que se refere ao ordenamento territorial, as propostas devem indicar temas assim relacionados:

- ❑ *Macrozoneamento*: exigência do Estatuto da Metrópole, desenha grandes perímetros no território, em função de características homogêneas em termos de ocupação urbana, vocação ambiental e de diretrizes quanto à articulação dos municípios e ao desenvolvimento regional. Sua função é orientar o planejamento do uso e ocupação do solo na unidade regional, servindo de referência para a revisão de planos municipais.
- ❑ *Estratégias para ação metropolitana*: têm por função básica promover a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional. As estratégias deverão coincidir com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos.
- ❑ *Áreas de interesse metropolitano*: recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações espe-

ciais e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

CRITÉRIO 3. Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais

Os panoramas regionais desenvolvidos para cada UR compuseram os estudos analíticos que propiciaram a abordagem integrada e transversal elaborada posteriormente no diagnóstico. Ambos os produtos foram disponibilizados nas plataformas digitais, a fim de compor a base de conhecimento e conteúdo que alicerçou os debates regionais.

No panorama, foram produzidos mapeamentos temáticos que ampararam a análise da atual gestão das FPICs, incorporando os diversos estudos existentes sobre as Unidades Regionais, sob diferentes enfoques, e que se relacionam com os planos setoriais e municipais a serem considerados na elaboração dos PDUIs.

A escolha das áreas temáticas partiu da identificação e contextualização das principais FPICs definidas em lei para cada Unidade Regional.

Também considerou que deveria ser desenvolvida uma abordagem regional sobre as principais questões relacionadas à dimensão físico-territorial do desenvolvimento, visando a posterior elaboração de diretrizes e ações estratégicas.

O panorama parte de questões gerais, que vieram a formar a base para a construção de um amplo quadro de referência. Essas questões contribuem para delimitar o universo do estudo, indicar as possíveis fontes de análise e auxiliar na construção de cenários de desenvolvimento para as regiões a serem estudadas.

É de fundamental importância entender quais são as **questões regionais estratégicas que servirão de base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas**, centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano.

São quatro os temas norteadores do desenvolvimento, que estão baseados nas FPICs definidas nas leis de formação de cada Unidade Regional:

- ❑ **Planejamento Territorial e Uso do Solo**: considera-se essa a FPIC com maior impacto no bem-estar da população, em especial, a mais vulnerável. Os instrumentos de regulação do uso e da ocupação do solo urbano e os procedimentos de gestão urbana e ambiental reúnem o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, são essenciais a análise e a caracterização da mancha urbana, de seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.
- ❑ **Mobilidade e Transporte**: o foco é no sistema viário regional, no transporte de cargas e nas interdependências viárias das áreas conurbadas e de deslocamento, frente à rede de centralidades. Questões que dizem respeito às condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e logística regional estão consideradas.
- ❑ **Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos**: nesse tema estão presentes as análises das grandes unidades ambientais, com destaque para: áreas de mananciais; principais bacias hidrográficas existentes nas URs; criação e manutenção das unidades de conservação; integração das redes de água e esgoto; tratamento e destinação final de resíduos sólidos; e as situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida. Foram identificados os compartimentos ambientais que apresentam relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo.
- ❑ **Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**: no caso do Desenvolvimento Econômico, as análises deram prioridade à indicação de programas, projetos

e ações que venham a potencializar os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade das URs.

No que se refere ao Atendimento Social, foram analisadas as redes de saúde, educação e assistência social dos municípios, com o intuito de compreender se esses serviços possuíam escala regional, que permitisse acesso a todos municípios e se contavam com estruturas de políticas públicas hierarquizadas. Como exemplo, em relação à rede de saúde, as análises priorizaram a avaliação dos pontos de atração e de prestação de serviços.

A abordagem dos serviços de saúde no âmbito do PDUI limita-se a examinar a distribuição dos equipamentos nos espaços urbanos e propor a atuação integrada das políticas públicas sociais às políticas de urbanização. Ou seja, a abordagem do Atendimento Social procurou conhecer os relacionamentos entre as cidades pertencentes às URs, com base na análise dos fluxos de serviços, no intuito de contribuir para escolhas locais e da possibilidade de ampliar o acesso da população a esses serviços.

Dentre os temas acima descritos, o objetivo geral foi identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às FPICs, respeitando cada especificidade das URs.

Cabe destacar que o panorama elaborado para cada UR procurou dar uma visão sobre os problemas regionais, suas principais potencialidades e fragilidades, na perspectiva de análise indicada por eixos temáticos, a serem adotados como apoio à formulação das diretrizes e ações do PDUI.

As áreas temáticas revelam o esforço em tratar, de forma transversal e integrada, as pautas que contribuem para minimizar os desequilíbrios regionais internos. Foram definidas a partir de as-

pectos essenciais, que informam o ordenamento e a visão territorial com compromisso de desenvolvimento regional. São as seguintes:

- ❑ Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades.
- ❑ Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos.
- ❑ Mobilidade, transporte e logística.
- ❑ Dinâmica econômica.
- ❑ Patrimônio ambiental e recursos hídricos.
- ❑ Infraestrutura urbana.
- ❑ Gestão pública e governança regional.

A interpretação e a análise cruzada dessas áreas temáticas deram origem às áreas transversais, com caráter transdisciplinar, e que buscaram efetuar uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais (análise disponível no produto Diagnóstico). Reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das Unidades Regionais, e, em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais nos PDUIs.

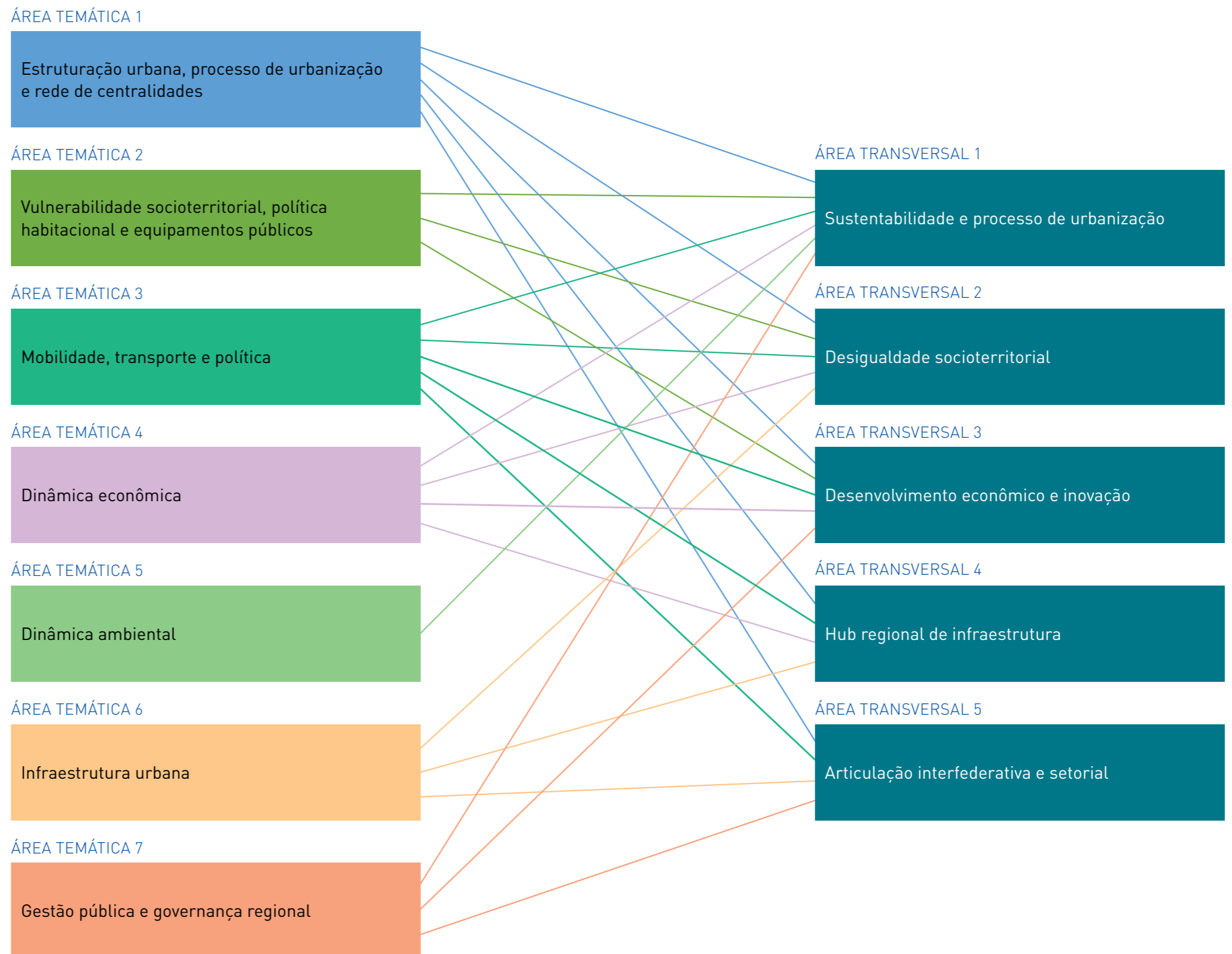
Foram definidas, ao todo, cinco Áreas Transversais e suas correspondências com as Áreas Temáticas, conforme mostra a Figura 2.

CRITÉRIO 4. Possuir vinculação com alguma FPIC citada na lei de criação da UR

O PDUI é por definição um plano de diretrizes. Por meio de estratégias e ações, o plano contribui para articular – de forma interfederativa – as políticas públicas em prol da eficiência na implementação das Funções Públicas de Interesse Comum. E este é o que pode ser chamado de exercício da governança metropolitana.

O Art. 2º, inciso II, do Estatuto da MetrÓpole define a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) como “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Mu-

FIGURA 2



nicípios limítrofes”. São as FPICs que, em última instância, justificam a integração e o compartilhamento de atividades de gestão e de responsabilidades. Em termos jurídicos, a designação de uma FPIC é pressuposto de existência de uma unidade regional.

Assim, é fundamental que a proposta responda positivamente ao **Critério 4**, que indica a qual FPIC ela está relacionada. Isso pressupõe que a diretriz, estratégia ou Plano de ação a ser indicado na proposta somente poderá ocorrer se sua realização por um ente depender de outro.

Os demais critérios abaixo listados procuram aperfeiçoar as propostas recebidas para que venham a compor o Caderno de Propostas. São eles:

CRITÉRIO 5. Intersetorialidade

Esse critério visa, já de antemão, estabelecer as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana, conforme Artigo 12 do Estatuto da Metrópole.

CRITÉRIO 6. Identificação: diretriz, estratégia ou Plano de ação

As propostas analisadas e aceitas – e que consolidarão o Caderno de Propostas – deverão trazer as seguintes informações: princípios, objetivos e diretrizes relativas ao ordenamento territorial e aos eixos temáticos, para aplicação de políticas públicas transversais; à ação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano (considerando a implantação da proposta de macrozoneamento); à articulação intersetorial das políticas públicas; e à definição do sistema de monitoramento e avaliação na implantação dos projetos e ações dos PDUIs. Ainda, constarão desse caderno as ações estratégicas de curto e médio prazos, resultantes das discussões realizadas nas fases precedentes.

CRITÉRIO 7. Incorporação ao macrozoneamento

Tal critério procura identificar se a proposta se relaciona com o macrozoneamento, ou seja: se

pretende trazer diretrizes para orientação do planejamento do uso e ocupação do solo na Unidade Regional; se propõe a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional; ou se remete a recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante a utilização de regulações especiais e de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

Os demais critérios (8, 9 e 10) procuram analisar se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente ou se necessita de substituição por outra proposta mais estruturada. Muitas vezes, as propostas contêm mais de um programa ou ação, de modo que fragmentos destas propostas podem ser destinados a mais de uma proposta estruturada.

O resultado trará a seguinte classificação: **Aceita**, **Parcialmente Aceita** ou **Não Aceita**. A aba **Caderno**, para a qual migraram as propostas aceitas e as parcialmente aceitas, procura produzir um criterioso inventário da proposta, com a análise dos seguintes campos:

- Numeração da proposta – Todas as propostas recebidas foram numeradas por UR, para dar transparência ao processo de análise.
- Determinação de tema e subtema.
- Descrição integral da proposta.
- Localização ou abrangência.
- Principais entes responsáveis pela concretização da proposta.
- Secretarias estaduais/empresas/autarquias que deverão ser articuladas para encaminhamento da questão.
- Público-alvo da proposta.
- Questão a ser enfrentada.
- Objetivo metropolitano.
- Atividades de curto, médio e longo prazos demandadas para encaminhamento da proposta.
- Fontes de financiamento – O PDUI poderá explicitar alguns instrumentos para finan-

ciar projetos e ações, lembrando que, quando aprovado, torna-se a principal referência para a alocação de recursos provenientes de fundos e/ou outros instrumentos de financiamento público ou do investimento privado.

- Governança metropolitana – Quais são os mecanismos e instrumentos para a governança metropolitana interfederativa, com vistas a viabilizar a atuação conjunta dos agentes públicos do desenvolvimento regional (Governo Federal, Estado e Municípios) e de representantes dos agentes privados e da sociedade civil.

Assim, os três últimos detalhamentos das propostas incorporadas/aceitas indicam os instrumentos necessários para que as mesmas sejam implementadas ao longo dos 10 anos de vigência do PDUI. Além dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, a implementação das propostas dos PDUIs será viabilizada pela utilização de instrumentos urbanísticos, ambientais e financeiros, de caráter urbano e/ou metropolitano, previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole e nas leis complementares que criam AUs e RMs. Dentre esses, destacam-se: a) Consórcios públicos; b) Contratos de gestão; c) Parcerias Público-Privadas (PPPs); d) Compensação por prestação de serviços de interesse metropolitano, entre eles o Pagamento por Serviços Ambientais / Ecossistêmicos; e) Operações urbanas consorciadas; f) Fundo Metropolitano de Desenvolvimento com participação dos entes federativos;

Por fim, a aba **Justificativa** da planilha de análise das propostas buscará fundamentar as causas da não incorporação de cada uma delas.

Após o debate e a consideração dos diversos grupos de trabalho, as propostas foram separadas de acordo com a razão pela qual não serão incorporadas:

- A proposta não será incorporada ao PDUI por tratar de tema de âmbito local. São pro-

postas que trazem questões que se restringem a uma localidade específica, como um município ou uma sub-região.

- A proposta não será tratada neste momento por não pertencer às FPICs selecionadas para este primeiro PDUI. São propostas que pertencem a funções públicas de interesse comum que não serão abordadas neste PDUI, como educação, saúde e segurança pública.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por tratar de tema de responsabilidade de outra instância, a exemplo de secretarias estaduais, de instâncias municipal ou federal, de agências reguladoras, do Tribunal de Contas, de Comitês, entre outras.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por já existir legislação que trata do tema. São propostas que abordam questões que são objeto de leis federais, estaduais ou municipais. A falta de aplicação destas leis não tem como ser solucionada pelo PDUI, cabendo às instâncias responsáveis identificarem e sanarem os problemas.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por demandar uma política voltada ao estado inteiro, não apenas à região metropolitana.
- A proposta não será incorporada ao PDUI por solicitar a alteração de um artigo da Constituição Estadual, o que só pode ser realizado mediante Emenda Constitucional. Como o PDUI será uma Lei Ordinária, não tem como propor alteração de Constituição.

Planilhas de aproveitamento por UR

REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-002	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Iluminação Pública – diretrizes e uniformidade: projetos devidamente adequados que melhorem a uniformidade da iluminação necessária para cada tipo de atividade, utilizando sistemas e tecnologias avançadas proporcionam a economia de energia o que ajuda os cofres públicos.	✓	✓	✓	Atendimento Social	✓ Segurança/ Turismo/Esporte e Lazer	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta mais ampla a ser redigida, relativa à coordenação e integração metropolitana
PP-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento Social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	✓	✓	✓	Atendimento social	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	Parcialmente	Incorporação em proposta mais ampla, a ser redigida, sobre regulação metropolitana dos serviços de saúde
PP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Desenvolvimento de Turismo Histórico Integrado Sustentável. A região possui uma história e arquitetura espetacular que merece ser promovida por meio de circuitos turísticos integrados para desenvolver a educação da população sobre a importância da história das pessoas do lugar, das ocupações dos territórios, dos problemas ambientais e das potencialidades da região. E na linha das mais inovadoras cidades, este circuito deve ser integrado com processos de tecnologias imersivas, contato com a natureza, com moradores icônicos, gamificação educativa e muita diversão	✓	✓	✓	Turismo	✗	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas turísticas integradas - Regionalização é o caminho fundamental para manter o turista na região por maior período de tempo. Por isso, criar e ampliar rotas já existentes pode ser um método eficiente	✓	✓	✓	Turismo	✗	diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Compras coletivas - organização de consórcios de compras coletivas de materiais e serviços, como forma de economizar recursos públicos. A interface estadual poderia agregar incentivos aos municípios que compõem quaisquer formas de compras consorciadas	✓	✓	✓	Desenvolvimento econômico	✓ Atendimento social	Estratégia	✗	✗	✓	✗	✓	Redigir nova proposta, relativa à coordenação e integração de ações metropolitanas
PP-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Hub de inovação: incentivar que cidades que já possuem hubs de inovação, como Limeira e Piracicaba, poderiam contribuir com as cidades menores e criar filiais desses hubs, de forma a gerar empregos de alta especialização em cidades menores	✓	✓	✓	Desenvolvimento econômico	✗	plano de ação	✗	✓	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Rural Sustentável: elaborar programas e linhas de financiamento que apoiem as atividades agropecuárias no sentido de melhoria da sua eficiência ambiental e econômica	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico	✓ Uso do solo	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Exige alocação de novos recursos
PP-023 B	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Agricultura	Estruturar a região demarcada para produtos RMP e incentivos a consumo público e privado da Região Metropolitana	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✓	✓	Incorporar em proposta mais ampla para o Tema de desenvolvimento agrícola

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-023 C	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social		Instalação de uma usina fotovoltaica	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	A expansão de energia fotovoltaica depende de leilões federais
PP-023 E	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Integração, gestão e ampliação dos sistemas de câmeras de monitoramento em todos os municípios	✓	✗	✗	-	-	-	✗	-	✗	✗	✗	Política de âmbito municipal
PP-025 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Conseguir terras para atrair empresas para o município	✗	✗	✓	Desenvolvimento Econômico	✗		✗	✗	✗	✗	✗	Fora do escopo do PDUI
PP-025 B	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Hospital regional para conseguir suportar a demanda regional sem sufocar as cidades de Capivari e Piracicaba.	✓	✗	✗	Atendimento social	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Política de âmbito estadual
PP-029 B	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Criação de um convênio para compras coletivas	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico	✓ Atendimento Social	Estratégia	✗	✗	✓	✗	✓	Redigir nova proposta, relativa à coordenação e integração de ações metropolitanas
PP-029 C	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✗	✓	Parcialmente	Incorporação em proposta existente
PP-029 D	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Consórcio intermunicipal de investimento em turismo e outras áreas, e trabalhar mais forte o marketing turístico da região e o potencial de cada cidade, criação de campeonatos regionais, estrutura contínuas, redes e câmaras integradas	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-030 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	É preciso identificar investidores para o turismo para que ele seja pujante e contribua para o turismo regional, já que o poder público não consegue investir sozinho	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-030 B	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Programa Saúde da Família (PSF) em Analândia	✗	✗	✗	-	✓ Saúde	-	-	-	-	-	✗	Âmbito municipal
PP-031	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Integração da segurança pública	✓	✓	✓	Atendimento Social	✗	Diretriz	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Pendente - Proposta estruturada para segurança pública. Conversar com Setorial
PP-032 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Segurança pública regionalizada, guarda compartilhada	✓	✓	✓	Atendimento Social	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Pendente - Proposta estruturada para segurança pública. Conversar com Setorial
PP-032 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Revisar o Fundeb para atendimento à saúde	✓	✗	✗	Atendimento Social	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Fundeb é regulado por lei federal

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-033 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar a regionalização do turismo, a exemplo da Serra do Itaqueri	✓	✓	✓	Turismo	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-034 A_prefeito Rio Claro_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Saúde	Centro de referência em saúde	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social e Meio Ambiente	✓	Diretriz	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Redigir nova proposta, relativa à coordenação e integração de ações metropolitanas. Conversar com setorial
PP-034 B_prefeito Rio Claro_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Regionalização do turismo	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social e Meio Ambiente	✓	Diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-035 A_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Centros de monitoramento/segurança	✓	✗	✗	-	-	-	✗	-	✗	✗	Não ✓	Política de âmbito municipal
PP-035 B_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar turismo	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	✓	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP-035 C_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_c	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Consórcio de Compras	Montar consórcio de compras	✓	✓	✓	Desenvolvimento econômico	✓ Atendimento Social	Estratégia	✗	✗	✓	✗	✓	Redigir nova proposta, relativa à coordenação e integração de ações metropolitanas
PP-035 D_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_d	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social e Transportes	Rodovias	Para enfrentar os problemas na malha viária - melhorar troca de informações entre concessionárias e municípios	✓	✓	✓	Transportes e sistema viário	✓	Diretriz	✗	✗	✓	Sim	✓	incorporar em proposta mais ampla
SC-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Horário do comércio: criação do comércio com horário das 7 às 19 horas, com duas turmas de 7 às 13 horas e das 13 às 19 horas e, aos sábados, reveza as turmas.	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Regra definida em legislação federal e municipal
SC-008	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento Social	Presídios compartilhados - junto com o Tribunal de Justiça, seja cadastrada a capacidade de cada presídio existente na região e a distribuição dos presos seja igualitária de acordo com a capacidade e que sejam criadas oportunidades internas de trabalho conjuntamente com as grandes empresas, custeando a manutenção de cada preso.	✓	✗	✗	Atendimento social	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Política de âmbito estadual
SC-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento Social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	✓	✓	✓	Atendimento Social	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	Parcialmente	Incorporação em proposta mais ampla, a ser redigida, sobre regulação metropolitana dos serviços de saúde

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES	
SC-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Plano Pisconti - construir plano de ordenação territorial partindo dos "eixos" das rodovias que ligam Rio Claro a Piracicaba, do eixo de Piracicaba a Limeira e de Piracicaba a Santa Bárbara do Oeste.	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo/ desenvolvimento econômico	✓ Uso do solo	Diretriz		✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Incorporação em proposta já existente
SC-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Desenvolvimento de plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana, sobre ações museológicas para fortalecimento turístico histórico cultural	✓	✓	✓	Desenvolvimento econômico/ turismo	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✗	✓		Redigir nova proposta
SC-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Aeroporto Regional de Piracicaba - construir aeroporto em área no município de Iracemápolis/Rio Claro, ao lado do pedágio na rodovia Fausto Santomauro.	✓	✓	✓	transporte/ desenvolvimento econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✗	✗		Tema de regulação federal
SC-017	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas de Cicloturismo	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓		Incorporação em proposta já existente
SC-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Articular produtores rurais e consumidores de Piracicaba e região para formar uma rede de comercialização alternativa de produtos agroecológicos.	✓	✓	✓	desenvolvimento econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓		Incorporação em proposta mais ampla
SC-020	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Consolidar os negócios ligados ao setor de biotecnologia e biocombustíveis. Estabelecer parcerias entre pequenas e médias empresas e universidades para estimular a pesquisa científica na região, direcionando-as na busca de soluções para melhoria dos setores empresariais existentes.	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico	✗	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓		Incorporação em proposta já existente
SC-022	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Desenvolver parcerias entre a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR e os demais agentes desse segmento, objetivando tornar Piracicaba um destino turístico de caráter regional, integrado entre os municípios, especialmente, Brotas, Águas de São Pedro e São Pedro.	✓	✓	✓	Turismo	✗	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✓		incorporação em proposta já existente

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-002	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Iluminação Pública - diretrizes e uniformidade	Implementar projetos devidamente adequados que melhorem a uniformidade da iluminação necessária para cada tipo de atividade, utilizando sistemas e tecnologias avançadas proporcionam a economia de energia o que ajuda os cofres públicos.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras, concessionárias de energia	Secretaria de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Melhoria da qualidade da iluminação pública	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados
PP-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de saúde	Secretaria Estadual da Saúde	Usuários do SUS metropolitano	Diminuir carências na atenção à saúde pública	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados
PP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Desenvolvimento de Turismo Histórico Integrado Sustentável	A região possui uma história e arquitetura espetacular que merece ser promovida por meio de circuitos turísticos integrados. Circuitos que tenham como foco desenvolver a educação da população sobre a importância da história das pessoas do lugar, das ocupações dos territórios, dos problemas ambientais e das potencialidades da região. E na linha das mais inovadoras cidades, este circuito deve ser integrado com processos de tecnologias imersivas, contato com a natureza, com moradores icônicos, gamificação educativa e muita diversão.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes da cadeia produtiva do turismo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região. Fortalecimento e Diversificação da base econômica.
PP-010 G	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo Esportes e Lazer	Construção de mirantes no município de Analândia	Construção de "Mirantes" em pontos estratégicos do município para atrair, proteger e facilitar as atividades dos praticantes do turismo com "bikes", motos e similares Eatendimento a turistas de toda a região.	RMP	Prefeitura de Analândia	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 I	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Turismo Rural em Analândia	Estimular a instalação do turismo rural no município, integrado a RMP	RMP	Prefeitura de Analândia	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 L	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Implantação de Startups	Captar investidores para implantar empresas tecnológicas no município (startups ou outras);	RMP	Prefeitura de Analândia	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve SP	População em geral	Requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas da região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 M	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Calendário de eventos turísticos da RMP	Realização de eventos diversos integrados entre as Estâncias Turísticas e Climáticas da RMP	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 N	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Publicidade do turismo da RMP	Divulgação nas diferentes mídias (TVs, rádios, sociais, "outdoors" nas principais rodovias do Estado de São Paulo) das estâncias turísticas e climáticas da RMP.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	população em geral	Estimular a indústria do turismo na região	planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 R	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Calendário de eventos culturais da RMP	Elaborar eventos culturais itinerantes para percorrer as cidades da RMP (principalmente as Estâncias Turísticas e Climáticas).	Estâncias da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos.	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-002	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Iluminação Pública - diretrizes e uniformidade	Implementar projetos devidamente adequados que melhorem a uniformidade da iluminação necessária para cada tipo de atividade, utilizando sistemas e tecnologias avançadas proporcionam a economia de energia o que ajuda os cofres públicos.	(1) Definir padrões comuns para a iluminação pública e (2) Mapear a infraestrutura existente nos municípios	(1) Definir fontes de recursos para os investimentos, (2) Definir regras para compartilhamento dos investimentos e (3) definir cronograma para os investimentos, com áreas prioritárias.	Manter a infraestrutura continuamente atualizada	Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis
PP-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	(1) Mapear número de leitos hospitalares na RMP, por tipo e (2) Mapear número de trabalhadores da saúde na RMP	(1) Identificar necessidades de investimento para fortalecer rede de saúde metropolitana e (2) Identificar instrumentos disponíveis para diminuir carências.	Elaborar regimento adequado para a gestão de uma política de saúde metropolitana	Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
PP-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Desenvolvimento de Turismo Histórico Integrado Sustentável	A região possui uma história e arquitetura espetacular que merece ser promovida por meio de circuitos turísticos integrados. Circuitos que tenham como foco desenvolver a educação da população sobre a importância da história das pessoas do lugar, das ocupações dos territórios, dos problemas ambientais e das potencialidades da região. E na linha das mais inovadoras cidades, este circuito deve ser integrado com processos de tecnologias imersivas, contato com a natureza, com moradores icônicos, gamificação educativa e muita diversão.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra; (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-010 G	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo Esportes e Lazer	Construção de mirantes no município de Analândia	Construção de "Mirantes" em pontos estratégicos do município para atrair, proteger e facilitar as atividades dos praticantes do turismo com "bikes", motos e similares e atendimento a turistas de toda a região.	-	-	-	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-010 I	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Turismo Rural em Analândia	Estimular a instalação do turismo rural no município, integrado a RMP	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP, (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra e (3) Investimento na sinalização turística regional. (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-010 L	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Implantação de Startups	Captar investidores para implantar empresas tecnológicas no município (startups" ou outras);	1) Identificação das principais áreas de conhecimento que podem ser estimuladas e (2) Definição de mecanismos e ações de incentivo para articular cadeias de conhecimento.	(1) Estímulo à adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação e (2) Elaboração de plano para criação e um Corredor Tecnológico na região.		Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-010 M	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Calendário de eventos turísticos da RMP	Realização de eventos diversos integrados entre as Estâncias Turísticas e Climáticas da RMP	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico e Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas turísticas integradas	Regionalização é o caminho fundamental para manter o turista na região por maior período de tempo. Por isso, criar e ampliar rotas já existente pode um método eficiente. Podemos citar como ex: a Serra do Itaqueri.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes da cadeia produtiva do turismo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo.	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
PP-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Compras coletivas	Organização de consórcios de compras coletivas de materiais e serviços, como forma de economizar recursos públicos. A interface estadual poderia agregar incentivos aos municípios que compõem quaisquer formas de compras consorciadas	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria do Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Desenvolvimento Regional	Gestores municipais; população em geral	Aumentar a eficiência e reduzir custos das compras públicas	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.
PP-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Hub de inovação	Incentivar hubs de inovação. As cidades que já possuem, como Limeira e Piracicaba, poderiam contribuir com as cidades menores e criar filiais desses hubs de forma a gerar empregos de alta especialização em cidades menores. A região tem potencial para ser polo de inovação agrícola, assim como Ribeirão Preto, pelas diversas empresas e usinas de cana-de-açúcar em todas as cidades da região.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, universidades, representações empresariais	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Empresas e institutos de pesquisas e universidades da RMP	Fomentar a produção descentralizada de CT&I na RMP	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida
PP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Rural Sustentável	Todo o território da Região Metropolitana é repleto de atividades agropecuárias nas áreas rurais e até mesmo em áreas urbanas. No entanto, existem poucas políticas de apoio, promoção e aperfeiçoamento destas atividades no sentido das boas práticas agrícolas e ambientais. É fundamental e altamente estratégico que sejam elaborados programas e linhas de financiamento que apoiem as atividades agropecuárias no sentido de melhoria da sua eficiência ambiental e econômica. Órgãos e instituições de fomento ao desenvolvimento, como a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Banco do Brasil, Sebrae, Senac, Senar, Senai podem contribuir muito neste sentido. A Política de Mananciais dos Comitês PCJ é um grande passo neste sentido, mas ainda falta prioridade política para as ações de conservação de solos e saneamento rural, por exemplo. Além disto, considerando o pouco recurso da Política de Recursos Hídricos, estas ações focam em áreas prioritárias do ponto de vista da segurança hídrica, mas ações assim precisam ser universalizadas para todas áreas rurais do Território da RMP.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes dos produtores agrícolas	Secretaria Estadual de Agricultura, Desenvolve SP, Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Produtores e trabalhadores agrícolas da RMP	Estimular adoção de boas práticas agrícolas e ambientais pelos produtores agrícolas da RMP	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida

CONTINUA ➔

► CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-010 N	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Publicidade do turismo da RMP	Divulgação nas diferentes mídias (TVs, rádios, sociais, "outdoors" nas principais rodovias do Estado de São Paulo) das estâncias turísticas e climáticas da RMP.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP. (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra (3) Investimento na sinalização turística regional. (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico e Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-010 R	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Calendário de eventos culturais da RMP	Elaborar eventos culturais itinerantes para percorrer as cidades da RMP (principalmente as Estâncias Turísticas e Climáticas).	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas turísticas integradas	Regionalização é o caminho fundamental para manter o turista na região por maior período de tempo. Por isso, criar e ampliar rotas já existente pode um método eficiente. Podemos citar como ex: a Serra do Itaqueri.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Compras coletivas	Organização de consórcios de compras coletivas de materiais e serviços, como forma de economizar recursos públicos. A interface estadual poderia agregar incentivos aos municípios que compõem quaisquer formas de compras consorciadas	(1) Identificar legislações que viabilizem compras coletivas, (2) Mapear as políticas de compras municipais e (3) Definir bens e serviços que podem ser objeto de compras coletivas.	(1) Construir regimento para compras coletivas metropolitanas e (2) Definir procedimentos para operacionalizar as compras coletivas.	Estabelecer aprimoramentos na política de compras metropolitana	Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação
PP-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Hub de inovação	Incentivar hubs de inovação. As cidades que já possuem, como Limeira e Piracicaba, poderiam contribuir com as cidades menores e criar filiais desses hubs de forma a gerar empregos de alta especialização em cidades menores. A região tem potencial para ser polo de inovação agrícola, assim como Ribeirão Preto, pelas diversas empresas e usinas de cana-de-açúcar em todas as cidades da região.	1) Identificação das principais áreas de conhecimento que podem ser estimuladas e (2) Definição de mecanismos e ações de incentivo para articular cadeias de conhecimento.	(1) Estímulo à adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação e (2) Elaboração de plano para criação e um Corredor Tecnológico na região.		Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Rural Sustentável	Todo o território da Região Metropolitana é repleto de atividades agropecuárias nas áreas rurais e até mesmo em áreas urbanas. No entanto, existem poucas políticas de apoio, promoção e aperfeiçoamento destas atividades no sentido das boas práticas agrícolas e ambientais. É fundamental e altamente estratégico que sejam elaborados programas e linhas de financiamento que apoiem as atividades agropecuárias no sentido de melhoria da sua eficiência ambiental e econômica. Órgãos e instituições de fomento ao desenvolvimento, como a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Banco do Brasil, Sebrae, Senac, Senar, Senai podem contribuir muito neste sentido. A Política de Mananciais dos Comitês PCJ é um grande passo neste sentido, mas ainda falta prioridade política para as ações de conservação de solos e saneamento rural, por exemplo. Além disto, considerando o pouco recurso da Política de Recursos Hídricos, estas ações focam em áreas prioritárias do ponto de vista da segurança hídrica, mas ações assim precisam ser universalizadas para todas áreas rurais do Território da RMP.	(1) Elaborar diagnóstico sobre produtores agrícolas regionais e (2) Mapear instrumentos disponíveis ao fomento de práticas agrícolas sustentáveis.	(1) Identificar ações que Conselho metropolitano podem implementar e (2) Definir novas políticas de estímulo aos produtores locais		Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-023 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Agricultura	Incentivos ao consumo público e privado de produtos da RMP	Agricultura – estruturar a região demarcada para produtos RMP e incentivos a consumo público e privado da Região Metropolitana	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes dos produtores agrícolas	Secretaria Estadual de Agricultura, Desenvolve SP	produtores agrícolas da RMP	estimular adoção de boas práticas agrícolas e ambientais pelos produtores agrícolas da RMP	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida
PP-029 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Criação de um convênio para compras coletivas.	“Criação de um convênio para compras coletivas”	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria do Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Desenvolvimento Regional	gestores municipais; população em geral	aumentar a eficiência e reduzir custos das compras públicas	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados
PP-029 C	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo	“Criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo e aproveitar os já existentes para poder expandir o trabalho, como é a ideia do que estamos discutindo entre Águas e São Pedro, por exemplo, de uma ciclovia turística entre as duas cidades, já temos estradas ligando as duas e pontos turísticos.”	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	população em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-029 D	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	consórcio intermunicipal de investimento em turismo	“consórcio intermunicipal de investimento em turismo e outras áreas, que ajude também trabalhar mais forte o marketing turístico da nossa região e qual o potencial de cada cidade, criação de campeonatos regionais, estrutura contínuas, redes e câmaras integradas,”	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	população em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-030 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Investir no turismo	“É preciso identificar investidores para o turismo para que ele seja pujante e contribua para o turismo regional, já que o poder público não consegue investir nisso sozinho”	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	população em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-031	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Integração da segurança pública	“Charqueada visualiza que precisamos ter uma integração com relação a segurança pública”.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de segurança ou equivalente	Secretaria de Segurança Pública	Sistema de segurança pública municipal; população da RMP	Aprimorar a política de segurança em nível metropolitano.	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
PP-032 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Segurança Pública	“Como demanda principal da minha parte segurança pública, uma que não tem fronteiras, na questão da regionalização, nós podemos ter sim uma guarda compartilhada, algumas cidades já têm, mas poderíamos pensar, de hoje em diante, em alguma coisa que pudesse atender a todos, uma nova guarnição que fosse criada”.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de segurança ou equivalente	Secretaria de Segurança Pública	Sistema de segurança pública municipal; população da RMP	Aprimorar a política de segurança em nível metropolitano.	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
PP-033 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar a regionalização do turismo - a exemplo da Serra do Itaqueri	“Potencializar a regionalização do turismo e desde a nossa primeira vez na vereança, a gente vem acompanhando o pessoal da Serra do Itaqueri.”	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região.	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico.
PP-034 A_prefeito Rio Claro_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Saúde	Centro de referência em saúde	Os maiores especialistas nessa área, defendem a regionalização dos serviços dos serviços de saúde, então a gente teria um centro de referência de especialidade em determinada cidade que fica a 20, 30, 40 Km de outra, mas que atendesse toda população da nossa região. E já queria inicialmente deixar também como tema, embora isso deva estar na questão da saúde no PDUI da nossa região.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de saúde	Secretaria Estadual da Saúde	Usuários do SUS metropolitano	Diminuir carências na atenção à saúde pública.	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-023 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Agricultura	Incentivos ao consumo público e privado de produtos da RMP	Agricultura – estruturar a região demarcada para produtos RMP e incentivos a consumo público e privado da Região Metropolitana	(1) Mapear rede de produtores regional e (2) Mapear redes de comercialização.	investir no apoio às redes de comercialização		Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
PP-029 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Criação de um convênio para compras coletivas.	“Criação de um convênio para compras coletivas”	(1) Identificar legislações que viabilizem compras coletivas, (2) Mapear as políticas de compras municipais e (3) Definir bens e serviços que podem ser objeto de compras. coletivas	(1) Construir regimento para compras coletivas metropolitanas e (2) Definir procedimentos para operacionalizar as compras coletivas	Estabelecer aprimoramentos na política de compras metropolitana	Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação
PP-029 C	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo	“Criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo e aproveitar os já existentes para poder expandir o trabalho, como é a ideia do que estamos discutindo entre Águas e São Pedro, por exemplo, de uma ciclovia turística entre as duas cidades, já temos estradas ligando as duas e pontos turísticos. ”	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP. (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra (3) Investimento na sinalização turística regional. (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-029 D	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	consórcio intermunicipal de investimento em turismo	“consórcio intermunicipal de investimento em turismo e outras áreas, que ajude também trabalhar mais forte o marketing turístico da nossa região e qual o potencial de cada cidade, criação de campeonatos regionais, estrutura contínuas, redes e câmaras integradas,”	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP. (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra (3) Investimento na sinalização turística regional. (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-030 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Investir no turismo	“É preciso identificar investidores para o turismo para que ele seja pujante e contribua para o turismo regional, já que o poder público não consegue investir nisso sozinho”	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP. (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra (3) Investimento na sinalização turística regional. (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-031	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Integração da segurança pública	“Charqueada visualiza que precisamos ter uma integração com relação a segurança pública”.	Criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública da RM de Piracicaba	(1) mapear ações cuja execução pode ser integrada; (2) pactuar com SSP/SP apoio e cooperação; (3) definir regras para atuação integrada; (4) construir cronograma integrado de ações.	Manter ação coordenada e integrada dos agentes de segurança pública.	Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
PP-032 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Segurança Pública	“Como demanda principal da minha parte segurança pública, uma que não tem fronteiras, na questão da regionalização, nós podemos ter sim uma guarda compartilhada, algumas cidades já têm, mas poderíamos pensar, de hoje em diante, em alguma coisa que pudesse atender a todos, uma nova guarnição que fosse criada”.	Criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública da RM de Piracicaba.	(1) mapear ações cuja execução pode ser integrada; (2) pactuar com SSP/SP apoio e cooperação; (3) definir regras para atuação integrada e (4) construir cronograma integrado de ações.	Manter ação coordenada e integrada dos agentes de segurança pública.	Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
PP-033 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar a regionalização do turismo - a exemplo da Serra do Itaqueri	“Potencializar a regionalização do turismo e desde a nossa primeira vez na vereança, a gente vem acompanhando o pessoal da Serra do Itaqueri.”	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-034 A_ prefeito Rio Claro_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Saúde	Centro de referência em saúde	Os maiores especialistas nessa área, defendem a regionalização dos serviços dos serviços de saúde, então a gente teria um centro de referência de especialidade em determinada cidade que fica a 20, 30, 40 Km de outra, mas que atendesse toda população da nossa região. E já queria inicialmente deixar também como tema, embora isso deva estar na questão da saúde no PDUl da nossa região.	(1) Mapear situação da oferta de saúde na RMP e (2) Mapear experiências de compartilhamento de responsabilidades e equipamentos entre municípios da RMP.	(1) Identificar necessidades de investimento para fortalecer rede de saúde metropolitana e (2) Identificar instrumentos disponíveis para diminuir carências.	Elaborar regimento adequado para a gestão de uma política de saúde metropolitana.	Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-034 B_prefeito Rio Claro_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Regionalização do turismo.	... todos nós podemos ganhar com a regionalização do turismo.	RM	CD e Municípios	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
PP-035 B_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar turismo	Potencializar turismo	RM	CD e Municípios	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
PP-035 C_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_c	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Consórcio de compras	Montar consórcio de compras = PP012	Montar consórcio de compras = PP012	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria do Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Desenvolvimento Regional	Gestores municipais; população em geral	Aumentar a eficiência e reduzir custos das compras públicas	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.
SC-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Mapa on-line dos pontos turísticos	Proponho a elaboração de um mapa onde conste de forma física e on-line dos pontos turísticos de todas as cidades da Região de Piracicaba para fomentar a curiosidade turística na nossa região. Estabelecendo condições de transporte e telefone de contato para estas áreas.	RM	CD e Municípios	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo.	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região.
SC-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS.	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de saúde	Secretaria Estadual da Saúde	Usuários do SUS metropolitano	Diminuir carências na atenção à saúde pública	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados
SC-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Visão de Futuro Plano Pisconti 2022	Elaborar plano de ordenação territorial partir dos eixos das rodovias que ligam Rio Claro a Piracicaba, do eixo de Piracicaba a Limeira e de Piracicaba a Santa Bárbara do Oeste.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP		População metropolitana	Aprimorar o processo de ocupação do território metropolitano.	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região
SC-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Desenvolvimento de plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana, sobre ações museológicas para fortalecimento turístico histórico cultural.	Uma proposta em construção, mas com o aceno para pensar os aspectos museológicos e suas condições nas cidades que compõem a região metropolitana de Piracicaba.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, secretarias municipais de cultura	Secretaria da Cultura e Economia Criativa; Secretaria do Turismo e Viagens	Produtores culturais, usuários de serviços de cultura	Fomentar o acesso à cultura e aprimorar as políticas de proteção aos equipamentos culturais.	Cooperação entre diferentes níveis de governo, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados
SC-015 I	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Planejamento e Uso do Solo Desenvolvimento Econômico Turismo	Corredor Caipira	Corredor Caipira	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	População em geral	Desenvolvimento do Turismo	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-034 B_prefeito Rio Claro_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Regionalização do turismo. todos nós podemos ganhar com a regionalização do turismo.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-035 B_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_b	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Potencializar turismo	Potencializar turismo	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
PP-035 C_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_c	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Consórcio de compras	Montar consórcio de compras = PP012	Montar consórcio de compras = PP012	(1) Identificar legislações que viabilizem compras coletivas, (2) Mapear as políticas de compras municipais e (3) Definir bens e serviços que podem ser objeto de compras. coletivas	(1) Construir regimento para compras coletivas metropolitanas e (2) Definir procedimentos para operacionalizar as compras coletivas.	Estabelecer aprimoramentos na política de compras metropolitana	Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação
SC-007	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Mapa on-line dos pontos turísticos	Proponho a elaboração de um mapa onde conste de forma física e on-line dos pontos turísticos de todas as cidades da Região de Piracicaba para fomentar a curiosidade turística na nossa região. Estabelecendo condições de transporte e telefone de contato para estas áreas.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
SC-011	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS.	Levantamento exato da deficiência de número de leitos hospitalares em toda a DRS e do número de trabalhadores da área da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) para fazer uma política pública regional para amenizar tal problema.	(1) Mapear número de leitos hospitalares na RMP, por tipo e (2) Mapear número de trabalhadores da saúde na RMP.	(1) Identificar necessidades de investimento para fortalecer rede de saúde metropolitana e (2) Identificar instrumentos disponíveis para diminuir carências.	Elaborar regimento adequado para a gestão de uma política de saúde metropolitana	Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
SC-012	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Visão de Futuro Plano Pisconti 2022	Elaborar plano de ordenação territorial partir dos eixos das rodovias que ligam Rio Claro a Piracicaba, do eixo de Piracicaba a Limeira e de Piracicaba a Santa Bárbara do Oeste.				Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
SC-013	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Desenvolvimento de plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana, sobre ações museológicas para fortalecimento turístico histórico cultural.	Uma proposta em construção, mas com o aceno para pensar os aspectos museológicos e suas condições nas cidades que compõem a região metropolitana de Piracicaba.	(1) Mapear equipamentos culturais disponíveis na RMP e (2) Desenvolver, em parceria com universidades e atores locais, plataforma para dar visibilidade aos atrativos culturais da RMP, integrando à política de turismo.	Construir instância de governança para assegurar contínua atualização da plataforma e integração com política de turismo regional.		Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
SC-015 I	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Planejamento e Uso do Solo Desenvolvimento Econômico Turismo	Corredor Caipira	Corredor Caipira	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra; (3) Investimento na sinalização turística regional, (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais e (5) identificação das rotas de cicloturismo e das necessidades de investimento.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
SC-017	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas de Cicloturismo	O coletivo "Mais Ciclovias Piracicaba" está à disposição para contribuir na implementação desta proposta de criação de uma ciclorrota turística envolvendo as cidades da Região Metropolitana de Piracicaba com estrutura regional e segura aos ciclistas colaborando para um trânsito compartilhado e seguro a todos os veículos.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes da cadeia produtiva do turismo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens/ Secretaria de Logística e Transporte	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região. Fortalecimento e diversificação da base econômica.
SC-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Articular produtores rurais e consumidores de Piracicaba e região para formar uma rede de comercialização alternativa de produtos agroecológicos.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes dos produtores agrícolas	Secretaria Estadual de Agricultura, Desenvolve SP	Produtores agrícolas da RMP	Estimular adoção de boas práticas agrícolas e ambientais pelos produtores agrícolas da RMP.	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida
SC-020	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Consolidar os negócios ligados ao setor de biotecnologia e biocombustíveis. Estabelecer parcerias entre pequenas e médias empresas e universidades para estimular a pesquisa científica na região, direcionando-as na busca de soluções para melhoria dos setores empresariais existentes.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, universidades, representações empresariais	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Empresas e institutos de pesquisas e universidades da RMP	Fomentar a produção descentralizada de CT&I na RMP	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida.
SC-022	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Desenvolver parcerias entre a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR e os demais agentes desse segmento, objetivando tornar Piracicaba um destino turístico de caráter regional, integrado entre os municípios, especialmente, Brotas, Águas de São Pedro e São Pedro.	Municípios da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, representantes da cadeia produtiva do turismo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Cadeia produtiva do turismo	Fomentar a cadeia produtiva do turismo	Integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-017	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Rotas de Cicloturismo	O coletivo "Mais Ciclovias Piracicaba" está à disposição para contribuir na implementação desta proposta de criação de uma ciclorrota turística envolvendo as cidades da Região Metropolitana de Piracicaba com estrutura regional e segura aos ciclistas colaborando para um trânsito compartilhado e seguro a todos os veículos.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra; (3) Investimento na sinalização turística regional; (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais e (5) Identificação das rotas de cicloturismo e das necessidades de investimento.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
SC-019	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Articular produtores rurais e consumidores de Piracicaba e região para formar uma rede de comercialização alternativa de produtos agroecológicos.	(1) Mapear rede de produtores agroecológicos regional e (2) Mapear redes de comercialização.	(1) Fomentar certificação de produtores agroecológicos e (2) Investir no apoio às redes de comercialização.		Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
SC-020	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Consolidar os negócios ligados ao setor de biotecnologia e biocombustíveis. Estabelecer parcerias entre pequenas e médias empresas e universidades para estimular a pesquisa científica na região, direcionando-as na busca de soluções para melhoria dos setores empresariais existentes.	1) Identificação das principais áreas de conhecimento que podem ser estimuladas. (2) Definição de mecanismos e ações de incentivo para articular cadeias de conhecimento.	(1) Estímulo à adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação. (2) Elaboração de plano para criação e um Corredor Tecnológico na região		Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
SC-022	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Desenvolver parcerias entre a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR e os demais agentes desse segmento, objetivando tornar Piracicaba um destino turístico de caráter regional, integrado entre os municípios, especialmente, Brotas, Águas de São Pedro e São Pedro.	Instituição de instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva	(1) Mapeamento de ativos turísticos existentes na RMP; (2) Diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, (3) Investimento na sinalização turística regional e (4) Criação de calendário anual de atividades turísticas regionais.	Implementação de uma política metropolitana de promoção ao turismo.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DAS PROPOSTAS | Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	TJ4	J5	J6	J7
PP-010 E	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Saúde	PSF em Analândia	X		X				
PP-010 F	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Esportes e Lazer	Recuperação do Centro de Lazer do Trabalhador	X						
PP-010 H	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Investimentos em equipamentos de turismo em Analândia	X						
PP-010 K	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Centro de instrução de voos em Analândia	X		X				
PP-010 P	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Sistema de monitoramento integrado (segurança pública)		X					
PP-010 Q	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	APL de água mineral nos municípios da RMP						X	
PP-010 S	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Construir um entreposto do CEASA na RMP, para facilitar a logística de compra e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros para os municípios;				X			
PP-010 T	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Esportes e Lazer	Escolinhas de esporte na RMP				X			
PP-010 U	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Usinas fotovoltaicas na RMP				X			
PP-023 C	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	instalação de uma usina fotovoltaica				X			
PP-023 E	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	integração, gestão e ampliação dos sistemas de câmeras de monitoramento em todos os municípios				X			
PP-025 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	“ Rafard está preparando mais propostas, como conseguir terras para atrair empresas para o município, a cidade vem crescendo e sabemos que temos que acompanhar o desenvolvimento da população em todos os setores, como industrial, segurança pública, educação etc.”	X						
PP-025 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Hospital regional para conseguir suportar a demanda regional sem sufocar as cidades de Capivari e Piracicaba.			X				
PP-030 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	PSF em Analândia	X		X				
PP-032 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Revisar o FUNDEB para atendimento à saúde			X		X		

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional
J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR
J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros
J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais
J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana
J7. Tema requer emenda constitucional

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	TJ4	J5	J6	J7
PP-035 A_representante Pref. de Santa Maria da Serra_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Centros de monitoramento/segurança		X		X			
SC-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Horário do Comércio - criação do comércio com horário das 7:00 às 19:00 horas, com duas turmas de 7:00 às 13:00 horas e das 13:00 às 19:00 horas e aos sábados revesa as turmas.		X			X		
SC-008	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Presídios compartilhados - junto com o Tribunal de Justiça, seja cadastrada a capacidade de cada presídio existente na região e, a distribuição dos presos seja igualitária de acordo com a capacidade e que sejam criadas oportunidades internas de trabalho conjuntamente com as grandes empresas, custeando a manutenção de cada preso			X		X		
SC-010	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Pagamento de salários	X	X			X		
SC-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Aeroporto Regional de Piracicaba - construir aeroporto em área no município de Iracemápolis / Rio Claro , ao lado do pedágio na rodovia Fausto Santomauro				X	X		
SC-015 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Transportes e Sistema Viário/ Desenvolvimento econômico	Aeroporto Regional				X		X	
SC-015 C	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Porto Seco				X			

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Planejamento Territorial e Uso do Solo

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-006 A	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	Discutir inserção da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-006 B	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	Discutir inserção da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-006 C	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓ Parcialmente	Discutir inserção da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-006 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	Discutir inserção da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-006 E	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓ Parcialmente	Discutir inserção da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-006 F	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Alterar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	Discutir alteração da diretriz com o Grupo de Macrozoneamento
PP-010 A	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Saneamento	Reestruturação da ETE de Analândia	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Conversar sobre esse Tema com o Setorial. A proposta se refere à Analândia, mas podemos entender que seria aplicada a todos os municípios
PP-010 B	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Rotina de análises do efluente encaminhado ao Rio Corumbataí	✓	✗	✗	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Esta ação é mais específica e compete a outros órgãos
PP-010 C	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente	Recuperação da mata ciliar dos córregos da bacia do Corumbataí	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	
PP-010 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Reservatório de água em Analândia	✗	✗	✗	Saneamento Ambiental	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Âmbito municipal
PP-010 E	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Atendimento Social	PSF em Analândia	✗	✗	✗	Atendimento social	✓ Saúde	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Âmbito municipal
PP-010 F	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Esportes e Lazer	Recuperação do centro de lazer do trabalhador	✗	✗	✗	Esportes e Lazer	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Âmbito municipal

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-010 G	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Construção de mirantes no município de Analândia	✓	✓	✓	Turismo	✓ Planejamento e Uso do solo	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	A proposta se refere à Analândia, mas podemos entender que seria aplicada a todos os municípios. Será incorporada em proposta existente
PP-010 H	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Investimentos em equipamentos de turismo em Analândia	✗	✓	✓	Turismo	✓ Planejamento e Uso do solo	Plano de ação	✓	✗	✗	✗	✗	A proposta se refere à Analândia, e trata de investimentos privados
PP-010 I	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Turismo rural em Analândia	✓	✓	✓	Turismo	✓ Planejamento e Uso do solo	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓ Parcialmente	A proposta se refere à Analândia, mas podemos entender que seria aplicada a todos os municípios. Será incorporada em proposta existente
PP-010 J	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Transportes e Sistema Viário	Sistema de transporte entre as estâncias da RMP	✓	✓	✓	Transportes e Sistema Viário	✓ Turismo	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporar em proposta existente para o turismo
PP-010 K	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Centro de instrução de voos em Analândia	✗	✗	✗	Turismo	✓ Esportes e Lazer	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Ação típica do setor privado
PP-010 L	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	Implantação de startups em Analândia	✓	✓	✓	Desenvolvimento Econômico	✗	Diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	Existe proposta da FPIC nesse sentido. A proposta se refere à Analândia, mas é possível entender que seria aplicada a todos os municípios
PP-010 M	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Calendário de eventos turísticos da RMP	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	Será incorporada em proposta existente
PP-010 N	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Publicidade do turismo da RMP	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	Será incorporada em proposta existente
PP-010 O	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Transportes e Sistema Viário	Asfaltamento de vicinais	✓	✓	✓	Transportes e Sistema Viário	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	Detalhar em proposta estruturada Pensar em plano de manutenção das vicinais
PP-010 P	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Segurança Pública	Sistema de monitoramento integrado (segurança pública)	✓	✗	✗	-	-	-	✗	-	✗	✗	✗	Política de âmbito municipal
PP-010 Q	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	APL de água mineral nos municípios da RMP	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico	✓ Meio Ambiente	Estratégia	✗	✗	✗	✗	✗	Consultar Setorial. O Conselho de Desenvolvimento pode pedir apoio para criar a APL. Estudar viabilidade em Câmara Temática.
PP-010 R	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Calendário de eventos culturais da RMP	✓	✓	✓	Turismo	✗	Plano de ação	✓	✗	✓	✓	✓	Será incorporada em proposta existente
PP-010 U	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	Centro Estadual de Abastecimento (Ceasa) na RMP	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico	✓ Planejamento e Uso do solo	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Fora do âmbito do PDUI

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-010 T	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Esportes e Lazer	Escolinhas de esporte na RMP	✗	✓	✓	Esportes e Lazer	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Política de âmbito municipal
PP-010 U	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	Usinas fotovoltaicas na RMP	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico	✓ Meio Ambiente	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	A expansão de energia fotovoltaica depende de leilões federais
PP-022	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Proteção das cuestas	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo Meio Ambiente	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	
PP-023 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo	Estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Desenvolvimento econômico e Transportes e Sistema Viário	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
SC-009	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Habitação	Moradia conservada	✗	✓	✓	Planejamento e uso do solo e Habitação	✗	Diretriz	✓	✗	✗	✓	✓ Parcialmente	A proposta está contemplada na diretriz da MZ Interesse de uso urbano "Estimular a ocupação dos vazios urbanos e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados dotados de infraestrutura" e nos objetivos da Estratégia para Enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional
SC-010	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	Pagamento de salários	✗	✗	✗	Desenvolvimento Econômico	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Fora do âmbito do PDUI
SC-015 A	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Transportes e Sistema Viário Desenvolvimento econômico	Aeroporto Regional	✓	✗	✗	Desenvolvimento Econômico	✓ Transportes e Logística	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Tema de regulação federal
SC-015 B	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Recursos Hídricos	Represa para abastecimento público	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Estratégia	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporar em proposta que trata do enfrentamento da escassez hídrica
SC-015 C	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Desenvolvimento Econômico	Porto Seco	✓	✗	✓	Desenvolvimento Econômico	✓ Planejamento e Uso do Solo, Transportes e Sistema Viário	Estratégia	✓	✗	✓	✓	✗	Por envolver isenção tributária, requer acordo com Receita Federal, fora do âmbito metropolitano
SC-015 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Transportes e Sistema Viário	Modal Ferroviário	✓	✓	✓	Transportes e Sistema Viário	✓ Planejamento e Uso do solo	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓ Parcialmente	✓ parcialmente. Abordar no Plano de Mobilidade Regional
SC-015 E	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Matriz Energética - Biogás	✓	✓	✓	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✓ Desenvolvimento Econômico	Estratégia	✗	✗	✓	✓	✗	O Tema é tratado em política estadual
SC-015 F	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Saneamento	Regionalização do Saneamento Básico	✓	✗	✗	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✓	✗	Conversar sobre esse Tema com o Setorial, para elaborar proposta estruturada que se aplique ao PDUI

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-015 G	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Laboratório regional de especialização em toxicidade dos corpos hídricos	✓	✗	✗	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	A proposta trata de uma ação técnica específica, que compete a outros órgãos.
SC-015 H	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	CRAS Rio Claro com abrangência regional	✓	✗	✗	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	Compete a outros órgãos (estadual e federal) Discutir com Setorial
SC-015 I	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Turismo	Corredor Caipira	✓	✓	✓	Turismo	✓ Desenvolvimento Econômico Planejamento e Uso do solo	Estratégia	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporar na Estratégia de Rotas Turísticas Integradas
SC-015 J	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Meio Ambiente	Incorporação de áreas na Macrozona de Interesse Ambiental	✓	✓	✓	Planejamento e uso do solo	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Diretriz	✓	✗	✗	✗	Parcialmente	✓ parcialmente. Inserir o estudo Biota Fapesp no âmbito de uma estratégia de sistema de áreas verdes e áreas protegidas. As Unidades de Conservação já estão inseridas na Macrozona de Interesse Ambiental

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Planejamento Territorial e Uso do Solo

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-006 A	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“Preservar áreas marginais a cursos d’água e fundos de vale, que têm a função hidráulica de possibilitar o escoamento da enchente ou inundações, que vão além das APPS”.	Macrozona de Interesse de Uso Urbano	—	—	—	Desastres ambientais	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-006 B	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“Preservar patrimônio cultural e ambiental”.	Macrozona de Interesse de Uso Urbano	—	—	—	Desvalorização do patrimônio cultural e ambiental	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-006 C	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“implementar o saneamento básico, atendendo a Lei Federal nº 11.445/2007”.	Macrozona de Interesse de Uso Urbano	—	—	—	Saneamento ambiental	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-006 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	“Estimular a conservação do solo com implantação de curvas de níveis, para controle de erosão, evitar perda de matéria orgânica e minerais do solo, retenção de água de chuva e evitar percolados assoreando os cursos d’água.”	Macrozona de Interesse de Uso Rural	—	—	—	Conservação do solo rural	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-006 E	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	“Coibir a implantação de novos núcleos urbanos informais.”	Macrozona de Interesse de Uso Rural	—	—	—	Conservação do solo rural	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-006 F	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Alterar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	no item I incluir “de forma sustentável”: “I - Estimular, de forma sustentável, aumento de produtividade das atividades rurais”.	Macrozona de Interesse de Uso Rural	—	—	—	Conservação do solo rural	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-023 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo	Estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes.	Gestão pública – estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, PPP, concessões públicas, melhoria do IDH e compartilhamento de projetos da RM.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras	Secretaria de Desenvolvimento Regional Secretaria de Desenvolvimento Econômico	População metropolitana	Aumentar a eficiência e reduzir custos das compras públicas.	Planejamento regional para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida
SC-009	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Habitação	Moradia conservada.	Entendimento entre proprietários de imóveis ociosos e as famílias cadastradas sem moradia, para contribuírem com a conservação do imóvel e seu entorno.	Imóveis ociosos nas áreas urbanas dos municípios	—	—	—	Função social da propriedade.	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
SC-015 J	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Incorporação de áreas na Macrozona de Interesse Ambiental.	Aproveitar estudos e legislações já existentes, contemplando: 1 – As Unidades de Conservação (UCs) já estabelecidas e 2 - O Programa Biota/FAPESP, lançado em março de 1999.	Macrozona de Interesse Ambiental	—	—	—	Proteção dos ativos ambientais.	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-006 A	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“Preservar áreas marginais a cursos d’água e fundos de vale, que têm a função hidráulica de possibilitar o escoamento da enchente ou inundações, que vão além das APPS”.	Inserir diretriz no PDUI.	Fiscalização e acompanhamento.	Fiscalização e acompanhamento.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-006 B	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“Preservar patrimônio cultural e ambiental”.	Inserir diretriz no PDUI.	Buscar investimentos para financiar obras de restauro e manutenção.	Buscar investimentos para financiar obras de restauro e manutenção.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-006 C	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Urbano.	“implementar o saneamento básico, atendendo a Lei Federal nº 11.445/2007”.	Inserir diretriz no PDUI.	Fiscalização, acompanhamento e busca de investimentos.	Fiscalização, acompanhamento e busca de investimentos.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-006 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	“Estimular a conservação do solo com implantação de curvas de níveis, para controle de erosão, evitar perda de matéria orgânica e minerais do solo, retenção de água de chuva e evitar percolados assoreando os cursos d’água.”	Inserir diretriz no PDUI.	Fiscalização e acompanhamento.	Fiscalização e acompanhamento.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-006 E	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Acrescentar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	“Coibir a implantação de novos núcleos urbanos informais.”	Inserir diretriz no PDUI.	Fiscalização e acompanhamento.	Fiscalização e acompanhamento.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-006 F	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Alterar diretrizes para Macrozona de Interesse de Uso Rural.	no item I incluir “de forma sustentável”: “I - Estimular, de forma sustentável, aumento de produtividade das atividades rurais”.	Inserir diretriz no PDUI.	Acompanhamento e busca de investimentos.	Acompanhamento e busca de investimentos.	Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
PP-023 D	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo	Estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes.	Gestão pública – estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, PPP, concessões públicas, melhoria do IDH e compartilhamento de projetos da RM.	Inserir diretriz no PDUI.	Identificar ações que o Conselho de Desenvolvimento pode implementar.	Identificar ações que o Conselho de Desenvolvimento pode implementar.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
SC-009	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Habitação	Moradia conservada.	Entendimento entre proprietários de imóveis ociosos e as famílias cadastradas sem moradia, para contribuírem com a conservação do imóvel e seu entorno.	—	—	—	Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
SC-015 J	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Incorporação de áreas na Macrozona de Interesse Ambiental.	Aproveitar estudos e legislações já existentes, contemplando: 1 - As Unidades de Conservação (UCs) já estabelecidas e 2 - O Programa Biota/FAPESP, lançado em março de 1999.	Abordar o estudo BIOTA Fapesp em uma Câmara Temática CT de Meio Ambiente.	Acompanhamento e planos de ação pela Câmara Temática.	Acompanhamento e planos de ação pela Câmara Temática.	Objetivo 15 - Vida Terrestre

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Planejamento Territorial e Uso do Solo

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-010 E	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Saúde	PSF em Analândia	X		X				
PP-010 F	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Esportes e Lazer	Recuperação do Centro de Lazer do Trabalhador	X						
PP-010 H	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Investimentos em equipamentos de turismo em Analândia	X						
PP-010 K	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Turismo	Centro de instrução de voos em Analândia			X				
PP-010 P	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Sistema de monitoramento integrado (segurança pública)		X					
PP-010 Q	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	APL de água mineral nos municípios da RMP						X	
PP-010 S	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Construir um entreposto do CEASA na RMP, para facilitar a logística de compra e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros para os municípios;				X			
PP-010 T	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Esportes e Lazer	Escolinhas de esporte na RMP				X			
PP-010 U	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Usinas fotovoltaicas na RMP				X			
PP-023 C	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Instalação de uma usina fotovoltaica				X			
PP-023 E	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Integração, gestão e ampliação dos sistemas de câmeras de monitoramento em todos os municípios				X			
PP-025 A	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	“ Rafard está preparando mais propostas, como conseguir terras para atrair empresas para o município, a cidade vem crescendo e sabemos que temos que acompanhar o desenvolvimento da população em todos os setores, como industrial, segurança pública, educação etc.”	X						
PP-025 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Hospital regional para conseguir suportar a demanda regional sem sufocar as cidades de Capivari e Piracicaba.			X				
PP-030 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	PSF em Analândia	X		X				
PP-032 B	Desenvolvimento econômico e Atendimento Social	Atendimento Social (Saúde)	Revisar o FUNDEB para atendimento à saúde			X		X		
PP-035 A representante Prefeito de Santa Maria da Serra_a	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Segurança Pública	Centros de monitoramento/segurança		X		X			
SC-005	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Horário do Comércio - criação do comércio com horário das 7:00 às 19:00 horas, com duas turmas de 7:00 às 13:00 horas e das 13:00 às 19:00 horas e aos sábados revesa as turmas.		X			X		
SC-008	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Atendimento social	Presídios compartilhados - junto com o Tribunal de Justiça, seja cadastrada a capacidade de cada presídio existente na região e, a distribuição dos presos seja igualitária de acordo com a capacidade e que sejam criadas oportunidades internas de trabalho conjuntamente com as grandes empresas, custeando a manutenção de cada preso			X		X		

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
SC-010	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Pagamento de salários	X	X			X		
SC-014	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento econômico	Aeroporto Regional de Piracicaba - construir aeroporto em área no município de Iracemápolis / Rio Claro , ao lado do pedágio na rodovia Fausto Santomauro				X	X		
SC-015 A	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Transportes e Sistema Viário Desenvolvimento econômico	Aeroporto Regional				X		X	
SC-015 C	Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Desenvolvimento Econômico	Porto Seco				X			

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

NO	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-003	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Duplicação da Rodovia Wilson Finardi – SP 191 Araras-Conchal	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento Econômico	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	A proposta será incorporada na diretriz de priorização de obras viárias e Plano de mobilidade regional
PP-008	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Tráfego de veículos pesados e cargas perigosas	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	A proposta será incorporada na diretriz de priorização de obras viárias
PP-013	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Sistema de transporte público integrado e digital	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico, turismo	Diretriz	✗	✓	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
PP018 A	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Prolongamento da SP-133 (Limeira-Cosmópolis) – Rodoanel de Limeira	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	A proposta PP018 ratifica 3 propostas de 2017 e foi desmembrada em a, b, c
PP-018 B	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário Regional	Linha de trem de passageiros intercidades e implantação de terminal intermodal regional em Limeira	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✗	
PP-018 C	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário Regional	Aeroporto regional	✓	✗	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✗	
PP-026 PrefSaltinho	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte integrado	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento Econômico e atendimento social	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-027 Representante Prefeito de Capivari	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Solução para cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308 no km 41	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento Econômico e atendimento social	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	A proposta será incorporada na diretriz de priorização de obras viárias
PP-029 E	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Obras viárias para desviar veículos pesados do interior dos municípios	✓	✓	✓	Transportes e Sistema Viário	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	A proposta será incorporada na diretriz de priorização de obras viárias
PP-033 B	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Reduzir os acidentes na SP-191 entre Rio Claro e Ipeúna	✓	✓	✓	Sistema viário	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	A proposta será incorporada na diretriz de priorização de obras viárias
SC-001	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Interligação metropolitana	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico	Diretriz	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	✓ em parte. Não é possível propor o transporte subsidiado, mas sim diretriz para ônibus interurbano
SC-002	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte Metropolitano Integrado	Ônibus metropolitano	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico	Diretriz	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	✓ em parte. Não é possível propor o transporte subsidiado, mas sim diretriz para ônibus interurbano
SC-003	Transporte e Sistema Viário Regional	Idosos e deficientes	Assentos no ônibus para deficiente e idoso	✓	✗	✗	Transporte	✓ Saúde	Estratégia	✗	✗	✗	✗	✗	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

C7. Pode ser incorporada ao macrozoneamento?

C8. Necessita de desmembramento?

C9. Pode ser incluída integralmente?

C10. Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

NO	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-016	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte público	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento econômico	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
SC-021	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário Regional	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	✓	✓	✓	Transporte e Sistema Viário Regional	✓ Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersectorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégia ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-003	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário	Duplicação da Rodovia Wilson Finardi – SP 191 Araras-Conchal.	Solicitamos duplicação da rodovia Wilson Finardi – SP 191 Araras- Conchal. É imprescindível a realização dessa obra pois existem vários bairros rurais que utilizam essa rodovia para seus deslocamentos, principalmente trabalhadores e estudantes.	RM	Estado/DER/ Concessionárias	Secretaria de Logística e Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP)	População da região	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades rurais e urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
PP-008	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário	Tráfego de veículos pesados e cargas perigosas.	Prezados, apresento a sugestão de alteração do fluxo de veículos pesados acima de 3 eixos e cargas perigosos dos centros urbanos da região metropolitana. Sabemos que há em construção o anel viário de Piracicaba, o contorno do município de Águas de São Pedro, como projetos a serem implantados. Solicitamos providências no sentido desviar o fluxo deste tipo de veículo quando possível, como ocorre no sistema Anchieta-Imigrantes e, por fim, solicitar a antecipação dos prazos de construção dos novos anéis junto aos contratos já firmados.	RM	Estado, DER, Concessionárias, Municípios	Secretaria de Logística e Transportes	População das cidades	Diminuição do tráfego de veículos pesados e/ou veículos com cargas perigosas dentro das cidades.	Adequação do sistema viário com vistas ao desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.
PP-010 J	Transporte e Sistema Viário Regional	Turismo Transportes e Sistema Viário	Sistema de transporte entre as estâncias da RMP.	Implantar um sistema de transporte dos turistas entre as Estâncias da RMP (possibilitar a utilização do sistema day use entre as estâncias).	Estâncias da RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens, Secretaria de Logística e Transporte	População em geral	Estimular a indústria do turismo na região	Planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico
PP-010 O	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Asfaltamento de vicinais.	Asfaltamento das vicinais Descalvado a Analândia (ALD -) e Analândia a Corumbataí (ALD -). Facilitar o escoamento de produtos do agronegócio e mineração (Jundu – Mineração)	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, municípios envolvidos	Secretaria de Logística e Transportes	População metropolitana	Mobilidade regional	Garantir a manutenção das estradas vicinais.
PP-013	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Sistema de transporte público integrado e digital.	Deve-se focar na duplicação de rodovias existentes nos trechos rurais, as quais ainda são pista simples, e contribuir para a integração destas mesmas rodovias que cortam as cidades nos trechos urbanos, de modo a não criar barreiras internas dentro dos municípios. A instalação de rotas cicloviárias ao longo das rodovias são maneiras de estímulo à mobilidade ativa entre as cidades, sobretudo aquelas que estão distantes menos do que 10 km. A criação de um órgão para melhorar o sistema de transporte intermunicipal INTEGRADO e DIGITAL. INTEGRADO. ... DIGITAL me refiro a que o transporte rodoviário intermunicipal e intramunicipal seja digitalizado e divulgado gratuitamente pelo Google Maps, assim como a EMTU já faz nas regiões metropolitanas de Campinas, Ribeirão Preto e de São Paulo.	RM	Municípios e Estado	Secretarias de Transportes Metropolitanos e Logística e Transportes	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
PP-018 A	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema viário	Prolongamento da SP-133 (Limeira-Cosmópolis) – Rodoanel de Limeira.	Prolongamento da Rodovia SP-133 que liga Limeira a Cosmópolis (RMC), desde a Rodovia SP-330 (Anhanguera) até a Rodovia SP-147 (Limeira-Piracicaba altura do Km 120) passando pela SP-348 (Bandeirantes), formando o Rodoanel de Limeira. Esse rodoanel, interligando essas duas importantes rodovias, fará com que boa parte da produção da Refinaria Replan possa ser melhor distribuída pela RMP, melhorando também o escoamento do fluxo da Rodovia Anhanguera, retirando os veículos pesados do anel viário de Limeira, com destino à Piracicaba e à região Oeste da AUP.	RM	Estado	Secretaria de Logística e Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP)	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.

CONTINUA ➤

► CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-003	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário	Duplicação da Rodovia Wilson Finardi – SP 191 Araras- Conchal.	Solicitamos duplicação da rodovia Wilson Finardi – SP 191 Araras- Conchal. É imprescindível a realização dessa obra pois existem vários bairros rurais que utilizam essa rodovia para seus deslocamentos, principalmente trabalhadores e estudantes.	Articulação dos Municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes	Acompanhamento da demanda	Acompanhamento da demanda	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-008	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário	Tráfego de veículos pesados e cargas perigosas.	Prezados, apresento a sugestão de alteração do fluxo de veículos pesados acima de 3 eixos e cargas perigosos dos centros urbanos da região metropolitana. Sabemos que há em construção o anel viário de Piracicaba, o contorno do município de Águas de São Pedro, como projetos a serem implantados. Solicitamos providências no sentido desviar o fluxo deste tipo de veículo quando possível, como ocorre no sistema Anchieta-Imigrantes e, por fim, solicitar a antecipação dos prazos de construção dos novos anéis junto aos contratos já firmados.	Articulação dos Municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-010 J	Transporte e Sistema Viário Regional	Turismo Transportes e Sistema Viário	Sistema de transporte entre as estâncias da RMP.	Implantar um sistema de transporte dos turistas entre as Estâncias da RMP (possibilitar a utilização do sistema day use entre as estâncias).	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico e Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-010 O	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Asfaltamento de vicinais.	Asfaltamento das vicinais Descalvado a Analândia (ALD -) e Analândia a Corumbataí (ALD -). Facilitar o escoamento de produtos do agronegócio e mineração (Jundu – Mineração)	Elaborar plano de manutenção das vicinais para encaminhar para o PPA.	Atualizar plano de manutenção das vicinais a cada quatro anos.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-013	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Sistema de transporte público integrado e digital.	Deve-se focar na duplicação de rodovias existentes nos trechos rurais, as quais ainda são pista simples, e contribuir para a integração destas mesmas rodovias que cortam as cidades nos trechos urbanos, de modo a não criar barreiras internas dentro dos municípios. A instalação de rotas cicloviárias ao longo das rodovias são maneiras de estímulo à mobilidade ativa entre as cidades, sobretudo aquelas que estão distantes menos do que 10 km. A criação de um órgão para melhorar o sistema de transporte intermunicipal INTEGRADO e DIGITAL. INTEGRADO. ... DIGITAL me refiro a que o transporte rodoviário intermunicipal e intramunicipal seja digitalizado e divulgado gratuitamente pelo Google Maps, assim como a EMTU já faz nas regiões metropolitanas de Campinas, Ribeirão Preto e de São Paulo.	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
PP-018 A	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema viário	Prolongamento da SP-133 (Limeira-Cosmópolis) – Rodoanel de Limeira.	Prolongamento da Rodovia SP-133 que liga Limeira a Cosmópolis (RMC), desde a Rodovia SP-330 (Anhanguera) até a Rodovia SP-147 (Limeira-Piracicaba altura do Km 120) passando pela SP-348 (Bandeirantes), formando o Rodoanel de Limeira. Esse rodoanel, interligando essas duas importantes rodovias, fará com que boa parte da produção da Refinaria Replan possa ser melhor distribuída pela RMP, melhorando também o escoamento do fluxo da Rodovia Anhanguera, retirando os veículos pesados do anel viário de Limeira, com destino à Piracicaba e à região Oeste da AUP.	Articulação dos municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-026 PrefSaltinho	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte integrado.	Temos que discutir também o transporte integrado, já que sofremos muito ano passado.	RM	Municípios, CD e Estado	Secretaria de Transportes metropolitanos	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
PP-027 Representante Prefeito de Capivari	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Solução para cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308 no Km 41.	A nossa principal demanda é que tivemos muitas mortes no cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308 no km 41 então acredito que isso fica no domínio de Capivari, mas todo mundo passa por ali todos os dias, e acreditamos que é de extrema importância colocar isso na pauta de discussão da Região Metropolitana.	RM	Municípios, CD e Estado	Secretaria de Transportes Metropolitanos	População em geral	Conflitos e carências do sistema viário	Adequação do sistema viário com vistas ao desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.
PP-029 E	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Obras viárias para desviar veículos pesados do interior dos municípios.	“Aproveitar a malha viária existente para que veículos pesados ou de carga perigosa desviem do trânsito no interior dos municípios. A construção de anéis viários, já previstos nas rodovias estaduais, para tirar os veículos pesados de dentro das cidades”.	Municípios da RMP	Estado, DER, Concessionárias, Municípios	Secretaria de Logística e Transportes	População metropolitana	Diminuição do tráfego de veículos pesados e/ou veículos com cargas perigosas dentro das cidades.	Adequação do sistema viário com vistas ao desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.
PP-033 B	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Reduzir os acidentes na SP-191.	Trecho hoje assumido pela Eixo, é o trecho da SP-191 que mais tem acidentes com vítimas fatais,(...) então é um apoio que eu peço para que, já vai ter o investimento nessa área, mas que a gente converse com a Eixo e que seja antecipado.	Trecho hoje assumido pela Eixo da SP-191	Estado	Logística e Transportes	População em geral	Diminuição dos acidentes na rodovia SP-191	Adequação do sistema viário com vistas ao desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.
PP-035 D_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_d	Transporte e sistema viário regional	Rodovias	Para enfrentar os problemas na malha viária - melhorar troca de informações entre concessionárias e municípios.	Para enfrentar os problemas na malha viária - melhorar troca de informações entre concessionárias e municípios.	RM	Estado/DER	Secretaria de Logística e Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP)	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
SC-001	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Interligação metropolitana.	Considerando que a densidade demográfica da RMP é substancialmente reduzida para padrões metropolitanos, podemos entender que a mobilidade e interligação entre os municípios componentes estão prejudicadas.	RM	Municípios	Transportes metropolitanos	População metropolitana	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
PP-026 PrefSaltinho	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte integrado.	Temos que discutir também o transporte integrado, já que sofremos muito ano passado.	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
PP-027 Representante Prefeito de Capivari	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Solução para cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308 no Km 41.	A nossa principal demanda é que tivemos muitas mortes no cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308 no km 41 então acredito que isso fica no domínio de Capivari, mas todo mundo passa por ali todos os dias, e acreditamos que é de extrema importância colocar isso na pauta de discussão da Região Metropolitana.	Articulação dos municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-029 E	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Obras viárias para desviar veículos pesados do interior dos municípios.	“Aproveitar a malha viária existente para que veículos pesados ou de carga perigosa desviem do trânsito no interior dos municípios. A construção de anéis viários, já previstos nas rodovias estaduais, para tirar os veículos pesados de dentro das cidades”.	Articulação dos municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento.	Acompanhamento.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-033 B	Transporte e Sistema Viário Regional	Sistema Viário	Reduzir os acidentes na SP-191.	Trecho hoje assumido pela Eixo, é o trecho da SP-191 que mais tem acidentes com vítimas fatais, (...) então é um apoio que eu peço para que, já vai ter o investimento nessa área, mas que a gente converse com a Eixo e que seja antecipado.	Articulação dos municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
PP-035 D_ representante Prefeito de Santa Maria da Serra_d	Transporte e sistema viário regional	Rodovias	Para enfrentar os problemas na malha viária - melhorar troca de informações entre concessionárias e municípios.	Para enfrentar os problemas na malha viária - melhorar troca de informações entre concessionárias e municípios.	Articulação institucional entre Municípios, Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as Concessionárias e Artesp para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
SC-001	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Interligação metropolitana.	Considerando que a densidade demográfica da RMP é substancialmente reduzida para padrões metropolitanos, podemos entender que a mobilidade e interligação entre os municípios componentes estão prejudicadas.	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
SC-002	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Onibus metropolitano.	Agora que somos uma Região Metropolitana precisamos pensar na interligação metropolitana por transporte conectando cidades até a sede regional de Piracicaba. Viagens longas, às vezes, precisam de várias paradas e trocas de ônibus para chegar até Piracicaba, tanto para compras, como atenção médica etc. Considerando que a densidade demográfica da RMP é substancialmente reduzida para padrões metropolitanos, podemos entender que a mobilidade e interligação entre os municípios componentes estão prejudicadas. De maneira semelhante às conurbações, a integração populacional costuma abrir oportunidades de desenvolvimento econômico amparadas no consumo de massa, que a RMP encontra-se privada de tomar proveito. Assim, a interligação entre os municípios por meio de transporte público metropolitano subsidiado é uma maneira de fomentar desenvolvimento econômico regional, além de aproximar as populações. Acredito que a mesma proposta pode ser também enquadrada na sala de "Desenvolvimento Econômico".	RM	Municípios	Transportes Metropolitanos	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
SC-015 D	Transporte e Sistema Viário Regional	Planejamento e Uso do Solo Transporte e Sistema Viário Regional	Modal Ferroviário	Modal ferroviário	Não cita	Conselho de Desenvolvimento da RMP	Secretaria de Logística e Transportes	População em geral	Mobilidade regional.	Aprimorar a logística metropolitana.
SC-016	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte público.	Peço que se discuta a regionalização de transporte público, com alternativas que não sejam apenas ônibus. Por exemplo, barcos, VLT, metrô de superfície, micro-ônibus, vans, bondes, mototáxi regulamentado, patinetes, bicicletas todos em ciclofaixas e ciclovias.	RM	Municípios, Secretaria de Transportes Metropolitanos	Transportes Metropolitanos	População metropolitana	Diversificação do transporte público, facilitando a locomoção dos moradores.	O planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida.
SC-021	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário Regional	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Estabelecer parceria com governo estadual para duplicar e manter em boas condições as estradas e rodovias de acesso ao município e das cidades que compõem a Região Metropolitana de Piracicaba.	RM	Municípios e Estado	Secretaria de logística e Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP)	População em geral	Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região.	Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.

CONTINUA ➤

► CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ODS
SC-002	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Onibus metropolitano.	<p>Agora que somos uma Região Metropolitana precisamos pensar na interligação metropolitana por transporte conectando cidades até a sede regional de Piracicaba. Viagens longas, às vezes, precisam de várias paradas e trocas de ônibus para chegar até Piracicaba, tanto para compras, como atenção médica etc. Considerando que a densidade demográfica da RMP é substancialmente reduzida para padrões metropolitanos, podemos entender que a mobilidade e interligação entre os municípios componentes estão prejudicadas.</p> <p>De maneira semelhante às conurbações, a integração populacional costuma abrir oportunidades de desenvolvimento econômico amparadas no consumo de massa, que a RMP encontra-se privada de tomar proveito.</p> <p>Assim, a interligação entre os municípios por meio de transporte público metropolitano subsidiado é uma maneira de fomentar desenvolvimento econômico regional, além de aproximar as populações.</p> <p>Acredito que a mesma proposta pode ser também enquadrada na sala de "Desenvolvimento Econômico".</p>	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
SC-015 D	Transporte e Sistema Viário Regional	Planejamento e Uso do Solo Transporte e Sistema Viário Regional	Modal Ferroviário	Modal ferroviário	Conselho de desenvolvimento e CT avaliar possibilidades de utilização desse modal.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal, compreendendo diferentes modais pertinentes.		Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
SC-016	Transporte e Sistema Viário Regional	Transportes	Transporte público.	Peço que se discuta a regionalização de transporte público, com alternativas que não sejam apenas ônibus. Por exemplo, barcos, VLT, metrô de superfície, micro-ônibus, vans, bondes, mototáxi regulamentado, patinetes, bicicletas todos em ciclofaixas e ciclovias.	Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a integração entre os modos de transporte e das demandas não atendidas pela rede de transportes existente.	Estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal.	Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
SC-021	Transporte e Sistema Viário Regional	Transporte e Sistema Viário Regional	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Estabelecer parceria com governo estadual para duplicar e manter em boas condições as estradas e rodovias de acesso ao município e das cidades que compõem a Região Metropolitana de Piracicaba.	Articulação dos municípios e do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com as concessionárias e Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) para priorização das obras mais urgentes.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.	Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DAS PROPOSTAS | Transporte e Sistema Viário

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-018 B	Transporte e Sistema Viário	Transporte e Sistema Viário	Linha de trem de passageiros Intercidades e implantação de terminal intermodal regional em Limeira.					X	X	
PP-018 C	Transporte e Sistema Viário	Transporte e Sistema Viário	Aeroporto Regional					X	X	
SC-003	Transporte e Sistema Viário	Idosos e deficientes	A falta de respeito de jovens que ocupam assentos destinados a idosos e pessoas com deficiência no transporte público, em especial ônibus, só cresce. Um flagrante policial ou de autoridade competente no ônibus poderia coibir o abuso, com a notificação num primeiro momento, ou pagamento de multa, se acontecer novamente. Ou inclusão até mesmo da prestação de serviços comunitários e pagamento de cesta básica a instituição de caridade.		X	X	X	X	X	

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

1. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-001	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Projeto: Prevenir, Educar, Reciclar	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Trata-se de projeto a ser avaliado pelo CD-RMP
PP-004	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Auxílio do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas (Consimares) no Tema de resíduos sólidos	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✗	Estratégia	✗	✗	✗	✓	✗	Convidar os representantes do CONSIMARES para participar das discussões das propostas de resíduos sólidos do PDU
PP-009	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Resíduos Sólidos Coletivos	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-015	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Incentivo a ampliação de áreas florestadas	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✗	diretriz	✗	✓	✗	✓	Parcialmente	
PP-016	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Complementações e correções referentes aos textos base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não contempla propostas ao plano e sim correções aos documentos, as quais serão consideradas.
PP-017 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Regulação da prestação dos serviços envolvendo a gestão de resíduos sólidos	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-017 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Realização de um diagnóstico dos resíduos sólidos	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✗	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-017 C	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Gestão participativa da arborização urbana	✗	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Diretriz	✗	✗	✗	✓	Parcialmente	Aceitar alguns itens colocados, como os corredores ecológicos em áreas urbanas. Mas a arborização urbana é de âmbito municipal, bem como a escolha das espécies a serem plantadas que devem ser indicadas por especialistas e não escolhida pelo cidadão comum, em virtude de análise do bioma, de espécies nativas, exóticas e/ou invasoras. Também não é possível colocar no PDU a implantação de equipamentos regionais específicos, como viveiros intermunicipais, cuja ação depende de planejamento e detalhamento da Câmara Temática.
PP-017 D	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conectividade entre remanescentes florestais	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Plano de ação	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-017 E	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conservação da Fauna Silvestre		✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Plano de ação	✗	✗	✓	✗	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégica ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
PP-020	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Proteção da vegetação nativa	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporar em proposta já existente "d. Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais e unidades de conservação".
PP-021	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Áreas urbanas em APA	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Diretriz	✓	✗	✓	✗	✓	
PP-023 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Elaboração de estudos sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e regional	✓	✓	✓	Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	✗	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-024	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e uso do solo Meio Ambiente, saneamento e Recursos Hídricos	Incorporar os estudos do Plano de Bacias do PCJ (Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) no PDUI	✓	✓	✓	Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	✓ Planejamento e Uso do solo	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	O PDUI deve fazer referência ao Plano de bacias PCJ sempre que pertinente
PP-028 Vice-Prefeito de Rio das Pedras	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Questão da escassez da água	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✓	Incorporar em proposta já existente "Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica"
PP-029 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Estímulo a criação de convênios para descarte e tratamento de resíduos sólidos	✓	✓	✓	Saneamento Ambiental	✗	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	
PP-034 C_prefeito Rio Claro_c	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Aterro sanitário regional	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓	diretriz	✗	✗	✗	✓	✓	Incorporar em proposta já existente "Elaborar um Plano Regional de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Piracicaba"
SC-004	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Licitar usina de produção de gás de lixo orgânico para que sua instalação seja regional,	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✓	✗	Tem relevância regional, no entanto, o Plano de Resíduos Urbanos da RMP que deve apontar a necessidade da criação de uma usina para produção de gás a partir dos resíduos sólidos orgânicos, bem como onde poderá ser instalada, a partir de estudos de viabilidade econômica e locacional
SC-006	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Poda de Árvores	✗	✗	✗	Meio Ambiente	✗	Plano de ação	✗	✗	✗	✗	✗	A poda de árvores é um serviço essencialmente de âmbito municipal.

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDUI?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégica ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	R	OBSERVAÇÕES
SC-007	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Turismo	Mapa on-line dos pontos turísticos	✓	✓	✓	Turismo	✗	Diretriz	✓	✗	✓	✓	✓	Incorporação em proposta existente
SC-018 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ DAEE	Plano de ação	✗	✗	✓	✗	✗	Embora tenha relevância regional, os usos da água são fiscalizados pelos DAEE, o qual tem atribuição para isso. Ver Portaria DAEE nº 4.905 de 09/09/2019 (https://drive.google.com/file/d/134W6JkA-gyNhrx1ywmreNpcweiJAoCn/view)
SC-018 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	✓	✓	✓	Meio Ambiente	✓ Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Diretriz	✗	✗	✓	✓	✓	

CRITÉRIOS:

- C1.** Possui abrangência regional?
- C2.** Possui aderência com o PDU?
- C3.** Possui aderência com as temáticas evidenciadas nas análises das URs?
- C4.** Está ligada a qual FPIC?
- C5.** Possui intersetorialidade. Se sim, quais setores?
- C6.** Trata-se de diretriz, estratégica ou plano de ação?

- C7.** Pode ser incorporada ao macrozoneamento?
- C8.** Necessita de desmembramento?
- C9.** Pode ser incluída integralmente?
- C10.** Necessita de substituição por outra proposta estruturada?

RESULTADO:

R. Aceita ✓ | Não aceita ✗ | Aceita parcialmente ✓ parcialmente

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-001	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Projeto: Prevenir, Educar, Reciclar	Educação Ambiental - prevendo as necessidades das cidades inteligentes em saúde, educação e meio ambiente entre outras, já tenho material para auxiliar nos desafios das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos na questão da sustentabilidade consciente.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População Metropolitana	Educação Ambiental	III - Uso racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região.
PP-009	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Resíduos Sólidos Coletivos	Integração das coletas de lixo no sentido de promover depósitos ou destinação final de forma coletiva. Com os dados dos municípios, é possível estimular o convênio intermunicipal com a regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps). Hoje, temos gastos elevados com o tratamento destes resíduos, devido às elevadas distâncias para o depósito.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP e Prefeituras	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População Metropolitana	Saneamento Ambiental	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região
PP-010 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Reestruturação da ETE de Analândia	Reestruturação da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) de Analândia (efluente é lançado no Rio Corumbataí)	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura de Analândia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População em geral	Saneamento Ambiental	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente.
PP-010 C	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Recuperação da mata ciliar dos córregos da bacia do Corumbataí	Recuperação da mata ciliar dos córregos que compõem o Rio Corumbataí (fazer o mesmo trabalho no próprio Rio Corumbataí)	Bacia do Rio Corumbataí	Prefeituras municipais da RMP	-	População em geral	Proteção dos ativos ambientais.	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente.
PP-015	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Incentivo a ampliação de áreas florestadas	Incentivar a preservação e restauração de áreas degradadas e criar um órgão metropolitano que auxilie as prefeituras na criação de áreas de agrofloresta para incentivo a regeneração de florestas. Precisa aumentar a área de florestas e restauração das nascentes que foram soterradas para o avanço da agricultura, principalmente em morros e em fundos de vale. Utilizar dos conhecimentos das universidades da região (USP, Unesp e Unicamp) para contribuir com os município nas melhores práticas de ampliação de áreas verdes.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Proteção dos ativos ambientais	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente.
PP-017 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Regulação da prestação dos serviços envolvendo a gestão de resíduos sólidos.	No atual cenário, os municípios manejam seus resíduos sólidos isoladamente sem propostas de regulação e fiscalização dos serviços prestados à sociedade. Esta proposta visa uma regulação e fiscalização desses serviços de acordo com as tecnologias adequadas e a realidade regional da RMP. A gestão associada possibilitará a redução de custos e o ganho na qualidade dos serviços prestados em escala regional e, também, em conjunto com a implantação da cobrança pelos serviços oferecidos, pode se garantir a sustentabilidade econômica dos municípios e a adequada manutenção na gestão de resíduos sólidos.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Regulação e fiscalização dos serviços que envolvem os resíduos sólidos nos municípios	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	GOVERNANÇA METROPOLITANA	ODS
PP-001	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Projeto: Prevenir, Educar, Reciclar	Educação Ambiental - prevendo as necessidades das cidades inteligentes em saúde, educação e meio ambiente entre outras, já tenho material para auxiliar nos desafios das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos na questão da sustentabilidade consciente.	Avaliação pelo CD-RMP do projeto apresentado.	Acompanhamento da demanda.	Acompanhamento da demanda.		Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-009	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Resíduos Sólidos Coletivos	Integração das coletas de lixos no sentido de promover depósitos ou destinação final de forma coletiva. Com os dados dos municípios, é possível estimular o convênio intermunicipal com a regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp). Hoje, temos gastos elevados com o tratamento destes resíduos, devido às elevadas distâncias para o depósito.	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP, para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho de Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-010 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Reestruturação da ETE de Analândia	Reestruturação da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) de Analândia (efluente é lançado no Rio Corumbataí)	(1) Analisar se já existe, em algum plano, a previsão de reestruturação dessa ETE.	-	-	Inserir a temática saneamento ambiental no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-010 C	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Recuperação da mata ciliar dos córregos da bacia do Corumbataí	Recuperação da mata ciliar dos córregos que compõem o Rio Corumbataí (fazer o mesmo trabalho no próprio Rio Corumbataí)	Inserir diretriz no PDUI.	Fiscalização e acompanhamento.	Fiscalização e acompanhamento		Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-015	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Incentivo a ampliação de áreas florestadas	Incentivar a preservação e restauração de áreas degradadas e criar um órgão metropolitano que auxilie as prefeituras na criação de áreas de agrofloresta para incentivo a regeneração de florestas. Precisa aumentar a área de florestas e restauração das nascentes que foram soterradas para o avanço da agricultura, principalmente em morros e em fundos de vale. Utilizar dos conhecimentos das universidades da região (USP, Unesp e Unicamp) para contribuir com os município nas melhores práticas de ampliação de áreas verdes.	(1) Elaborar estudos para identificar áreas degradadas e que necessitam de restauração ecológica.	(1) Debater com as prefeituras e Estado melhor forma de garantir a preservação e restauração da vegetação nativa, no âmbito das Câmaras Temáticas do CD.	Acompanhamento	Inserir a temática de proteção da vegetação nativa no Conselho de Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 15 - Vida Terrestre
PP-017 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Regulação da prestação dos serviços envolvendo a gestão de resíduos sólidos.	No atual cenário, os municípios manejam seus resíduos sólidos isoladamente sem propostas de regulação e fiscalização dos serviços prestados à sociedade. Esta proposta visa uma regulação e fiscalização desses serviços de acordo com as tecnologias adequadas e a realidade regional da RMP. A gestão associada possibilitará a redução de custos e o ganho na qualidade dos serviços prestados em escala regional e, também, em conjunto com a implantação da cobrança pelos serviços oferecidos, pode se garantir a sustentabilidade econômica dos municípios e a adequada manutenção na gestão de resíduos sólidos.	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho de Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-017 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Realização de um diagnóstico dos resíduos sólidos.	Sabendo que cada município apresenta uma característica diferenciada em relação a composição gravimétrica dos resíduos sólidos, está proposta visa a caracterização dos resíduos nos municípios da RM de Piracicaba. O diagnóstico dos resíduos sólidos, contendo informações quanto a origem, o volume e a caracterização gravimétrica é a base para a formação de uma política concreta quanto a gestão dos resíduos sólidos.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Solução regional para o tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
PP-017 C	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Gestão Participativa da Arborização Urbana	Criação de legislação municipal de arborização urbana regulamentando os critérios de arborização, supressão, manejo e poda; Implantação de listagem de espécies arbóreas nativas adequadas para cada tipo de local; Implantação de "espaço árvore" gradualmente nas edificações já existentes e integralmente nos novos imóveis. O espaço deve ser protegido pela legislação nos municípios do aglomerado; Foco na diversidade de espécies; Foco na arborização com espécies frutíferas para estímulo da avifauna; Participação da população na escolha da espécie a ser plantada em frente às residências, gerando maior compromisso dos munícipes com a vigilância e os cuidados com as árvores; Estímulo ao desenvolvimento de florestas urbanas com intuito de implantar "corredores ecológicos" nas áreas urbanas; Estímulo a criação de viveiros de mudas intermunicipais; Fomento a criação de Hortos Lineares Urbanos com o intuito de preservar banco de dados genético garantindo a diversidade de espécies.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Aumento de áreas verdes nas cidades	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região
PP-017 D	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conectividade entre Remanescentes Florestais	- Incentivos a criação de Planos manejo de Mata Atlântica e Cerrado, para Identificação de remanescentes florestais de vegetação natural dos municípios que compõem a RMP; - Criação de Unidades de Conservação (UC's) nas áreas que existam remanescentes florestais naturais; - Criação de corredores ecológicos intermunicipais entre as UC's; - Levantamento de lista de espécies arbóreas nativas para reflorestamento de APP, UC's e áreas degradadas para a RMP.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Proteção e conectividade dos fragmentos florestais existentes na RMP e elaboração de Plano de Mata Atlântica regional	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região.
PP-017 E	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conservação da Fauna Silvestre	Conservação da Fauna Silvestre	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Proteção da fauna silvestre	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	GOVERNANÇA METROPOLITANA	ODS
PP-017 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Realização de um diagnóstico dos resíduos sólidos.	Sabendo que cada município apresenta uma característica diferenciada em relação a composição gravimétrica dos resíduos sólidos, está proposta visa a caracterização dos resíduos nos municípios da RM de Piracicaba. O diagnóstico dos resíduos sólidos, contendo informações quanto a origem, o volume e a caracterização gravimétrica é a base para a formação de uma política concreta quanto a gestão dos resíduos sólidos.	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-017 C	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Gestão Participativa da Arborização Urbana	Criação de legislação municipal de arborização urbana regulamentando os critérios de arborização, supressão, manejo e poda; Implantação de listagem de espécies arbóreas nativas adequadas para cada tipo de local; Implantação de "espaço árvore" gradualmente nas edificações já existentes e integralmente nos novos imóveis. O espaço deve ser protegido pela legislação nos municípios do aglomerado; Foco na diversidade de espécies; Foco na arborização com espécies frutíferas para estímulo da avifauna; Participação da população na escolha da espécie a ser plantada em frente às residências, gerando maior compromisso dos munícipes com a vigilância e os cuidados com as árvores; Estímulo ao desenvolvimento de florestas urbanas com intuito de implantar "corredores ecológicos" nas áreas urbanas; Estímulo a criação de viveiros de mudas intermunicipais; Fomento a criação de Hortos Lineares Urbanos com o intuito de preservar banco de dados genético garantindo a diversidade de espécies.	(1) Criar câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para elaborar estudos que visem desenvolver instrumentos de criação e manutenção das áreas verdes urbanas.	(1) Criar instrumentos para viabilizar o incentivo a criação de áreas verdes nas cidades.	(1) Fiscalizar e realizar a manutenção das áreas verdes nas cidades.	Inserir a temática de criação e manutenção de áreas verdes urbanas no Conselho de Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-017 D	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conectividade entre Remanescentes Florestais	- Incentivos a criação de Planos manejo de Mata Atlântica e Cerrado, para Identificação de remanescentes florestais de vegetação natural dos municípios que compõem a RMP; - Criação de Unidades de Conservação (UC's) nas áreas que existam remanescentes florestais naturais; - Criação de corredores ecológicos intermunicipais entre as UC's; - Levantamento de lista de espécies arbóreas nativas para reflorestamento de APP, UC's e áreas degradadas para a RMP.	(1) Criar câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para elaborar estudos que visem desenvolver instrumentos de proteção da vegetação nativa.	(1) Criar instrumentos para proteção da vegetação nativa e (2) Elaborar o Plano de Mata Atlântica Regional.	(1) Criar Unidades de Conservação e (2) Criar corredores ecológicos.	Inserir a temática de proteção da vegetação nativa no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 15 - Vida Terrestre
PP-017 E	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Conservação da Fauna Silvestre	Conservação da Fauna Silvestre	(1) Criar câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para elaborar estudos que visem desenvolver instrumentos para proteção da fauna silvestre.	Elaborar estudos que visem desenvolver instrumentos para proteção da fauna silvestre.	-	Inserir a temática de fauna silvestre no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas. Existe um Iquérito do Grupo de Atuação Regionalizada de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) sobre essa questão.	Objetivo 15 - Vida Terrestre

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-020	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Proteção da vegetação nativa	<p>A pressão por usos urbanos e agropecuários sobre as áreas de vegetação nativa e APPs é enorme. A RMP conta com pouca vegetação nativa que carece de mais proteção. Foi apresentada a proposta de Macrozona de Proteção Ambiental para as áreas de vegetação nativa dentro das áreas de APA (na Macrozona de Uso Sustentável ou de Interesse Ambiental), mas esta medida é muito aquém da real necessidade de proteção da vegetação nativa.</p> <p>É fundamental termos instrumentos que fortaleçam a proteção da vegetação nativa onde quer que elas estejam. Há, por exemplo, pressão enorme por instalação e/ou regularização de ZEIS em áreas de várzeas, além de implantação de novos loteamentos nestas áreas que são tão caras para a conservação hídrica e da biodiversidade. Sem falar na perversidade de se instalar habitação em áreas de planície aluvial, relegando a quem for morar nestas áreas o drama de morar em área que sofrerão frequentemente com enchentes, gerando prejuízos materiais e humanos, produzindo mais áreas de risco e custos sociais enormes, tanto para o convívio nesta situação, como para tentar diminuir o problema.</p> <p>Todas as áreas de várzea/planícies aluviais, todas as APPs bem como toda vegetação nativa precisam ter sua proteção e recuperação garantidas no Plano Diretor.</p>	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Proteção da vegetação nativa	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região.
PP-021	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Áreas urbanas em APA	<p>O Plano de Manejo das APA Corumbataí e Piracicaba está previsto para ter seu início de elaboração no segundo semestre de 2026. Segundo as normas da APA CBT – Corumbataí temos no item 2 do anexo I do Decreto de criação (que descreve os limites do Perímetro Corumbataí a seguinte regra:</p> <p>“2 – Da área descrita neste anexo I ficam excluídas as glebas constituídas pelos perímetros urbanos dos municípios de Itirapina, São Pedro e Santa Maria da Serra, até que seja realizado o zoneamento detalhado desta área de proteção ambiental.”</p> <p>Até termos o Plano de Manejo da APA não conseguimos proteger a vegetação nativa nas zonas urbanas. Por isto é fundamental o PDRMP dar especial atenção para esta situação, pois as áreas estão em APA e não tem proteção. Para poder desmatar basta transformar a área em Zona Urbana, que ela deixa de estar em APA e perde a proteção da Zona de Vida Silvestre.</p> <p>No caso da APA Piracicaba Juqueri-Mirim a situação é ainda mais dramática. O anexo 1 da Lei de criação da APA estabelece que: “Ficam excluídas à Áreas I desta Área de Proteção Ambiental as áreas urbanas por ela abrangidas.” Ou seja, na medida que os municípios forem ampliando suas áreas urbanas sobre a APA, a APA vai diminuindo sem qualquer contrapartida. Por isto é fundamental que o Plano Diretor regre e principalmente impeça a expansão de áreas urbanas sobre a APA.</p>	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Pressão urbana nas APAs	III - A utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região.

CONTINUA ➤

➤ CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	GOVERNANÇA METROPOLITANA	ODS
PP-020	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Proteção da vegetação nativa	<p>A pressão por usos urbanos e agropecuários sobre as áreas de vegetação nativa e APPs é enorme. A RMP conta com pouca vegetação nativa que carece de mais proteção. Foi apresentada a proposta de Macrozona de Proteção Ambiental para as áreas de vegetação nativa dentro das áreas de APA (na Macrozona de Uso Sustentável ou de Interesse Ambiental), mas esta medida é muito aquém da real necessidade de proteção da vegetação nativa. É fundamental termos instrumentos que fortaleçam a proteção da vegetação nativa onde quer que elas estejam. Há, por exemplo, pressão enorme por instalação e/ou regularização de ZEIS em áreas de várzeas, além de implantação de novos loteamentos nestas áreas que são tão caras para a conservação hídrica e da biodiversidade. Sem falar na perversidade de se instalar habitação em áreas de planície aluvial, relegando a quem for morar nestas áreas o drama de morar em área que sofrerão frequentemente com enchentes, gerando prejuízos materiais e humanos, produzindo mais áreas de risco e custos sociais enormes, tanto para o convívio nesta situação, como para tentar diminuir o problema.</p> <p>Todas as áreas de várzea/planícies aluviais, todas as APPs bem como toda vegetação nativa precisam ter sua proteção e recuperação garantidas no Plano Diretor.</p>	<p>(1) Criar câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para elaborar estudos que visem desenvolver instrumentos de proteção da vegetação nativa. (2) Elaborar o Plano de Manejo da APA Corumbataí</p>	<p>(1) Criar instrumentos para proteção da vegetação nativa.</p>	<p>(1) Fiscalizar as áreas de proteção da vegetação nativa.</p>	<p>Inserir a temática de proteção da vegetação nativa no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.</p>	<p>Objetivo 15 - Vida Terrestre</p>
PP-021	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente	Áreas urbanas em APA	<p>O Plano de Manejo das APA Corumbataí e Piracicaba está previsto para ter seu início de elaboração no segundo semestre de 2026. Segundo as normas da APA CBT – Corumbataí temos no item 2 do anexo I do Decreto de criação (que descreve os limites do Perímetro Corumbataí a seguinte regra: “2 – Da área descrita neste anexo I ficam excluídas as glebas constituídas pelos perímetros urbanos dos municípios de Itirapina, São Pedro e Santa Maria da Serra, até que seja realizado o zoneamento detalhado desta área de proteção ambiental.”</p> <p>Até termos o Plano de Manejo da APA não conseguimos proteger a vegetação nativa nas zonas urbanas. Por isto é fundamental o PDRMP dar especial atenção para esta situação, pois as áreas estão em APA e não tem proteção. Para poder desmatar basta transformar a área em Zona Urbana, que ela deixa de estar em APA e perde a proteção da Zona de Vida Silvestre.</p> <p>No caso da APA Piracicaba Juqueri-Mirim a situação é ainda mais dramática. O anexo 1 da Lei de criação da APA estabelece³ que: “Ficam excluídas à Áreas I desta Área de Proteção Ambiental as áreas urbanas por ela abrangidas.” Ou seja, na medida que os municípios forem ampliando suas áreas urbanas sobre a APA, a APA vai diminuindo sem qualquer contrapartida. Por isto é fundamental que o Plano Diretor regre e principalmente impeça a expansão de áreas urbanas sobre a APA.</p>	<p>(1) Criar câmara temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP que visa debater sobre o tratamento das áreas urbanas em APAs e criação de instrumentos de proteção e (2) Elaborar o Plano de Manejo da APA Corumbataí Piracicaba.</p>	<p>(1) Criar condicionantes nos planos diretores municipais para proteção da vegetação nativa em áreas urbanas, especialmente, as inseridas em APAs.</p>	<p>(1) Fiscalizar as áreas com vegetação nativa em APAs.</p>	<p>Inserir a temática junto às discussões de ordenamento territorial no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.</p>	<p>Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis Objetivo 15 - Vida Terrestre</p>

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-022	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo	Proteção das cuestas	Estimular os usos compatíveis na áreas de cuesta da APA Corumbataí com as respectivas fragilidades e entendemos que estes usos precisam ser estimulados, em detrimento dos usos que ampliam as fragilidades. Além disso, legalmente, estas áreas se encontram em situações variadas.	Santa Maria da Serra, São Pedro, Charqueada, Ipeúna, Rio Claro, Corumbataí e Analândia - APA Corumbataí	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Compatibilização e ordenamento do uso do solo	O planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida.
PP-023 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Aterro de resíduos sólidos regional	Elaboração de estudos sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e regional	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Solução regional para o tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.
PP-024	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e uso do solo. Meio ambiente, saneamento e Recursos Hídricos.	Incorporar os estudos do Plano de Bacias do PCJ no PDUI.	“Temos uma experiência muito importante em uma área específica que é a área do meio ambiente, o trabalho feito há muito tempo pelo consórcio do PCJ, essa experiência não pode ser deixada de lado, tem uma densidade muito grande que pode e deve ser utilizada na elaboração do nosso PDUI.”	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, CBH PCJ	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Inclusão de estudos do PCJ no PDUI	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;
PP-028 Vice-Prefeito de Rio das Pedras	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Questão da escassez da água	Rio das Pedras é uma das cidades mais afetadas pela falta de água, claro, se pudermos encontrar uma solução com a represa que será feito em Corumbataí, que não será útil para Rio das Pedras devido a distância.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras e Comitê de Bacias	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Segurança hídrica	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente
PP-029 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Convênios para descarte e tratamento de resíduos sólidos	“Estímulo a criação de convênios para descarte e tratamento de resíduos sólidos. Os aterros devem ser feitos em locais de mais fácil acesso para todos os municípios. ”	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Solução regional para o tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos.	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	GOVERNANÇA METROPOLITANA	ODS
PP-022	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo	Proteção das cuestas	Estimular os usos compatíveis na áreas de cuesta da APA Corumbataí com as respectivas fragilidades e entendemos que estes usos precisam ser estimulados, em detrimento dos usos que ampliam as fragilidades. Além disso, legalmente, estas áreas se encontram em situações variadas.	(1) Integrar a proposta nas diretrizes do Macrozoneamento Metropolitano.	(1) Elaborar o Plano de Manejo da APA Corumbataí, considerando as cuestas.	(1) Fiscalizar as Áreas de Preservação Permanente inseridas nas áreas de cuestas para evitar conflitos de uso do solo.	Inserir a temática de proteção das cuestas no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
PP-023 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Aterro de resíduos sólidos regional	Elaboração de estudos sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e regional	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmaras temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-024	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e uso do solo. Meio ambiente, saneamento e Recursos Hídricos.	Incorporar os estudos do Plano de Bacias do PCJ no PDUI.	“Temos uma experiência muito importante em uma área específica que é a área do meio ambiente, o trabalho feito há muito tempo pelo consórcio do PCJ, essa experiência não pode ser deixada de lado, tem uma densidade muito grande que pode e deve ser utilizada na elaboração do nosso PDUI.”	(1) Incluir estudos do Plano de Bacias do PCJ no PDUI, de acordo com sua pertinência	(1) Promover debates em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento e o CBH PCJ.	Acompanhamento	Inserir a temática de recursos hídricos e bacias hidrográficas no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e Objetivo 15 - Vida Terrestre
PP-028 Vice-Prefeito de Rio das Pedras	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Questão da escassez da água	Rio das Pedras é uma das cidades mais afetadas pela falta de água, claro, se pudermos encontrar uma solução com a represa que será feito em Corumbataí, que não será útil para Rio das Pedras devido a distância.	(1) Entender o projeto da represa de Corumbataí	(1) Promover debates na Câmara Temática do Conselho de Desenvolvimento da RMP sobre segurança hídrica em conjunto com os Comitês de Bacias.	(1) Promover a implantação de diretrizes e ações que visem a segurança hídrica na RMP.	Inserir a temática de recursos hídricos e macrodrenagem na RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
PP-029 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Ambiental	Convênios para descarte e tratamento de resíduos sólidos	“Estímulo a criação de convênios para descarte e tratamento de resíduos sólidos. Os aterros devem ser feitos em locais de mais fácil acesso para todos os municípios.”	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmaras temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP, para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	LOCALIZAÇÃO OU ABRANGÊNCIA	PRINCIPAIS ENTES RESPONSÁVEIS	SECRETARIAS ESTADUAIS A SEREM ARTICULADAS	PÚBLICO-ALVO	QUESTÃO A SER ENFRENTADA	OBJETIVO METROPOLITANO
PP-034 C_ prefeito Rio Claro_c	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Aterro sanitário regional.	Em relação ao aterro sanitário que eu mencionava antes, a nossa ideia agora é trazer esse debate da regionalização do nosso aterro para este fórum também, colocar a disposição da região esse serviço que a gente pretende prestar, que vai gerar uma economia para a cidade nas próximas 3 décadas de pelo menos meio bilhão de reais....	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Solução regional para o tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos.	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.
SC-015 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Represa para abastecimento público	Represa para abastecimento público regional no rio Passa Cinco/Cabeça em Rio Claro.	Rio Passa Cinco/Cabeça em Rio Claro	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeituras e Comitê de Bacias	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Segurança hídrica	Utilização racional do território, dos recursos naturais e culturais e a proteção do meio ambiente.
SC-018 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Participar de ações conjuntas com outros municípios visando solução regional para a questão dos resíduos sólidos.	RMP	Conselho de Desenvolvimento da RMP, Prefeitura,	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	População metropolitana	Solução regional para o tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos	II - A cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados.

CONTINUA ➤

> CONCLUSÃO

Nº	TEMA	SUBTEMA/FPIC	PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	ATIVIDADES DE CURTO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	ATIVIDADES DE LONGO PRAZO DEMANDADAS PARA ENCAMINHAMENTO	GOVERNANÇA METROPOLITANA	ODS
PP-034 C_prefeito Rio Claro_c	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Aterro sanitário regional.	Em relação ao aterro sanitário que eu mencionava antes, a nossa ideia agora é trazer esse debate da regionalização do nosso aterro para este fórum também, colocar a disposição da região esse serviço que a gente pretende prestar, que vai gerar uma economia para a cidade nas próximas 3 décadas de pelo menos meio bilhão de reais....	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmaras temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP, para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
SC-015 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Planejamento e Uso do Solo Meio Ambiente	Represa para abastecimento público	Represa para abastecimento público regional no rio Passa Cinco/Cabeça em Rio Claro.	(1) Entender o projeto da represa de Corumbataí.	(1) Promover debates na Câmara Temática do Conselho de Desenvolvimento da RMP sobre segurança hídrica em conjunto com os Comitês de Bacias.	(1) Promover a implantação de diretrizes e ações que visem a segurança hídrica na RMP.	Inserir a temática de recursos hídricos e macrodrenagem na RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
SC-018 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	Participar de ações conjuntas com outros municípios visando solução regional para a questão dos resíduos sólidos.	(1) Elaborar estudos sobre os resíduos sólidos no âmbito da câmaras temática no Conselho de Desenvolvimento da RMP, para subsidiarem a construção do Plano Regional de Resíduos Sólidos.	(1) Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos da RMP.	(1) Implementar o Plano Regional de Resíduos Sólidos na RMP.	Inserir a temática de resíduos sólidos urbanos no Conselho De Desenvolvimento da RMP, no âmbito das Câmaras Temáticas, com representantes dos municípios e do governo do Estado de São Paulo e especialistas.	Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento

3. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO INCLUSÃO DAS PROPOSTAS | Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

Nº	TEMA	SUBTEMA	PROPOSTA	J1	J2	J3	J4	J5	J6	J7
PP-004	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Saneamento Básico	Auxílio do CONSIMARES no tema de resíduos sólidos	X			X	X	X	
PP-010 B	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Rotina de análises do efluente encaminhado ao Rio Corumbataí				X			
PP-010 D	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Reservatório de água em Analândia	X		X				
SC-004	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Licitar Usina de Produção de gás de lixo orgânico para que sua instalação seja regional, captando todo lixo da região de Piracicaba. Uma parceria entre as cidades da Região de Piracicaba, em vez de, criar uma usina em cada cidade.	X			X	X	X	
SC-006	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio ambiente	Poda de Árvores		X		X			
SC-015 E	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente Desenvolvimento Econômico	Matriz Energética - Biogás					X	X	
SC-015 F	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Regionalização do Saneamento Básico;				X	X	X	
SC-015 G	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Laboratório Regional de Especialização em toxicidade dos corpos hídricos				X	X		
SC-015 H	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	CRAS Rio Claro com abrangência regional				X			
SC-018 A	Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	Recursos hídricos	Ações compatíveis com a Agenda 21 de Piracicaba	X			X DAEE	X	X	

JUSTIFICATIVAS

J1. Possui abrangência regional

J2. Falta de aderência com FPICS expressas na Lei de Criação da UR

J3. Tema associado às políticas de saúde, educação ou segurança pública, que fogem da competência do PDUI no tocante às FPICS da Lei de Criação da UR

J4. Tema de competência de instâncias municipais, federal, agências reguladoras, tribunal de contas ou outros

J5. Tema regulado por leis federais, estaduais e municipais

J6. Tema vinculado ao desenvolvimento de uma política estadual e não apenas metropolitana

J7. Tema requer emenda constitucional

Equipe Técnica

Coordenador Geral | Andrea Sandro Calabi

Coordenadora Adjunta | Marta Dora Grostein

Coordenadora Técnica | Rovena Negreiros

Coordenador Institucional | Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiaí e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M. Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda –
coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni A. Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável
Ricardo Ferreira

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro